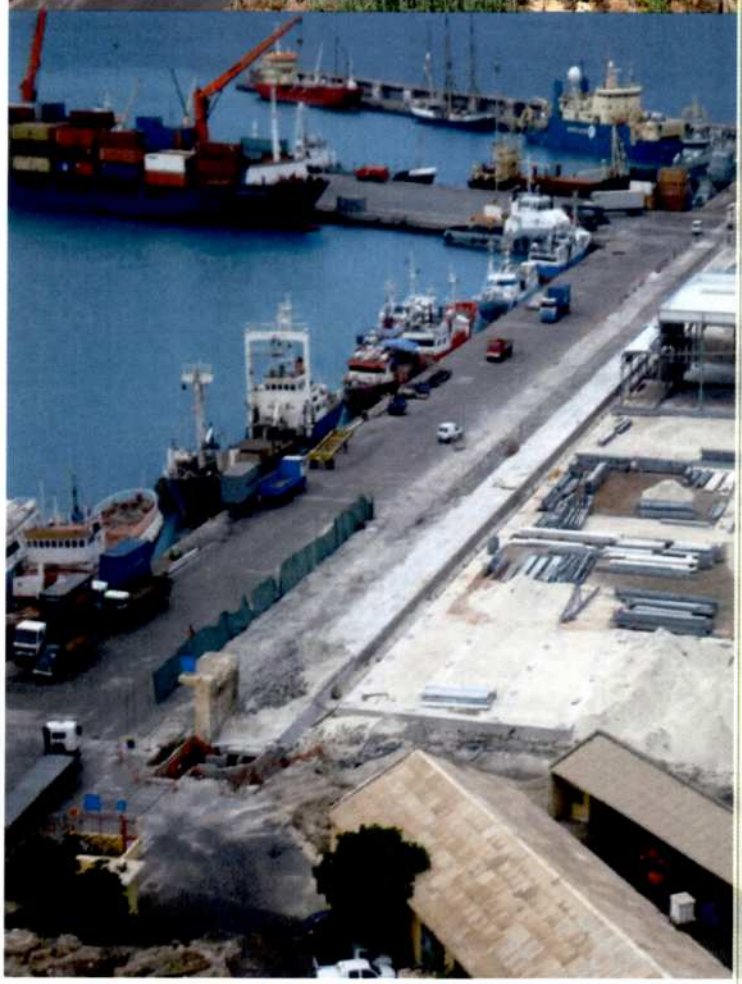
2013

Relatório & Contas



ENAPOR
Portos de Cabo Verde

ENAPOR, S.A.

2013

Portos de Cabo Verde

ENAPOR,S.A.

RELATÓRIO & CONTAS

Juntos Temos o Poder de Proteger os Oceanos

www.enapor.cv

Contactos

ENAPOR, Portos de Cabo Verde
CPN° 82, S. Vicente ● Tel.: +238 230 75 00 ● Fax: +238 232 43 37/21 70
info@enapor.cv ● www.enapor.cv

Porto Grande - S. Vicente
Tel.: +238 230 75 00 Fax: +238 232 14 33
portogrande@enapor.cv

Porto da Praia – Santiago
CP Nº 87, Santiago
Tel.: +238 260 90 60 ● Fax: +238 263 38 99
Porto.praia@cvtelecom.cv

Porto da Palmeira - Sal
Tel.: +238 241 13 48 /38 02 ● Fax: +238 241 19 81
portopalmeira@enapor.cv

Porto Sal-Rei – Boavista
Tel.: +238 251 11 87 ● Fax: +238 251 13 74
porto.salrei@telecom.cv

Porto Novo – Santo Antão
Tel.: +238 222 27 63 /12 54 ● Fax: +238 222 14 65
Porto.novo@cvtelecom.cv

Porto de Vale dos Cavaleiros – Fogo
Tel.: +238 281 21 13 /22 65 ● Fax: +238 281 12 64
enaporfogo@cvtelecom.cv

Porto de Tarrafal – São Nicolau
Tel.: +238 236 10 50 /16 77 ● Fax: +238 236 13 26
Porto.tarrafal@cvtelecom.cv

Porto Ingês – Maio
Tel.: +238 255 14 80 /16 50 ● Fax: +238 255 13 50
enapormaio@cvtelecom.cv

Porto de Furna – Brava
Tel.: +238 285 21 40 /12 46 ● Fax: +238 285 12 09
enaporbrava@cvtelecom.cv

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO 5

0. INDICADORES 6
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 7
2. ACTIVIDADE PORTUÁRIA 8
2.1. Movimento de Navios 8
2.2. Movimento de Mercadorias 8
2.3. Movimento de Passageiros 12
3. GOVERNO DA SOCIEDADE 13
3.1. Missão e Objectivos Estratégicos 13
3.2. Legislação Vigente 13
3.3. Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais 14
3.4. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa 14
3.5. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração 16
4. RECURSOS HUMANOS 17
4.1. Pessoal do Quadro 17
4.1.1. Evolução do Efectivo 17
4.1.2. Distribuição dos Efectivos por Tipo de Vínculo e por Grupo de Pessoal 17
4.1.3. Repartição Segundo o Sexo e a Estrutura 18
4.1.4. Habilitações Literárias 19
4.1.5. Estrutura Etária 20
4.1.6. Antiguidade 20
4.2. Formação 21
4.3. Efectivo da Estiva 22
5. MARKETING, RELAÇÕES PUBLICAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 23
6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 24
7. SEGURANÇA PORTUÁRIA 25
8. INVESTIMENTOS 26
8.1. Executados 26
8.2. Financiamento 26
8.3. Projectos 26
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 29
9.1. Análise de Resultados 29
9.2. Meios Libertos Líquidos 32
9.3. Valor Acrescentado Bruto 33
9.4. Situação Patrimonial 34
9.5. Indicadores Económicos e Financeiros 35
10. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS 37

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 38

1. BALANÇO 39
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA 40
3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA 41
4. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO 42

III. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 44

IV. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 81

V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 84

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

0. INDICADORES

Unid. Contos

SECTORES	2013	2012	2011	2010
TRÁFEGO PORTUÁRIO				
Escalas de Navios	6.680	6.264	7.360	5.711
Movimento Contentores -TEU	51.053	50.232	57.379	55.907
Movimento Contentores -ton	432.777	445.814	483.356	471.086
Total de Carga Movimentada	1.835.326	1.892.099	2.048.787	1.841.886
PESSOAL				
Trabalhadores do Quadro	422	428	432	427
Corpo de Estiva	525	560	548	581
FINANÇAS				
Volume de Negócios (prestação Serviços+Suplementares)	2.113.755	1.977.627	2.248.025	2.185.453
Resultados Operacionais	135.701	-122.958	174.210	210.886
Resultados Líquidos	17.976	-172.544	344	115.127
Autonomia Financeira	0,35	0,32	0	0
Rentabilidade Operacionais da Vendas	6,2%	-6,0%	7,3%	9,5%
Rentabilidade Capitais Próprios	0,7%	-7,0%	0,0%	4,1%
Total do Capital Próprio	2.483.373	2.465.397	2.778.930	2.836.150
Capital Realizado	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000,0
Total do Activo	7.007.937	7.619.685	8.139.865	8.105.891
Fundo Maneio	409.826	318.886	635.577	-264.900
Necessidades em Fundo de Maneio	401.016	253.532	441.633	-391.041
EBITDA	710.710	498.619	630.011	531.983

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A ENAPOR encerra o exercício económico de 2013 com um resultado líquido de17.976 contos (contra 172.544 contos negativos em 2012), conseguindo-se assim o restabelecimento do equilíbrio financeiro. Apesar duma contracção de 3% no tráfego de mercadorias, os rendimentos cresceram 129.588 contos e os gastos reduziram-se em 118.265 contos. Os rendimentos aumentaram pelo efeito preço, porque houve uma actualização do tarifário em vigor desde 2004, ajustando-o às condições de mercado.

Os custos reduziram-se, porque, por um lado, contabilizaram-se menos 25.976 contos nas depreciações e menos 25.146 contos nos gastos financeiros, e, por outro lado, por causa da economia da nova orgânica e da não actualização salarial, de conformidade com a taxa de inflação.

Em 2013, o tráfego de mercadorias foi de 1.835.326 toneladas (-3%), do qual a carga de longo curso atingiu 1.043.078 toneladas (-0,7%) e a de cabotagem, 792.248 toneladas (-5,9%), registaram-se 6.680 escalas de navios nos portos de Cabo Verde, das quais 5.937 de bandeira nacional (+8,8%) e 743 de bandeira estrangeira (-8%). Em termos de volume (TAB), houve um aumento de 10,1% nos navios nacionais e de 4,2% nos estrangeiros. Nos portos nacionais, movimentaram-se 841.070 passageiros (+1,8%).

No domínio da expansão e modernização portuária, 2013 regista o desenvolvimento das obras de alargamento do terrapleno e construção do Acesso Norte e do Complexo de Frio no Porto Grande, retoma das obras de expansão do Porto de Sal Rei, e a conclusão das obras de expansão dos Portos Vale Cavaleiros e Furna. Também, iniciaram-se os estudos e projectos de engenharia detalhada para o Porto do Maio, em Pau Seco, e expansão do Porto de Tarrafal, em São Nicolau. Para o Porto da Palmeira, concluíram-se as negociações para o financiamento da 2ª fase de expansão, com o Banco Europeu de Investimento.

Nos sistemas de informação, 2013 foi o ano da efectivação plena da Janela Única Portuária, que consiste no conceito de balcão único virtual, isto é, o ponto único de contacto onde os agentes económicos colocam a informação em formato electrónico e esta flui para todas as entidadades intervenientes no desembaraço de navios e mercadorias.

É notável o crescimento do segmento de negócio -turismo de cruzeiro – no ano findo. Houve um registo histórico de 157 escalas num total de 75 mil passageiros circulando em todos os portos nacionais. Esse acréscimo deveu-se às novas condições de infra-estruturas portuárias actualmente oferecidas. No segmento de transbordo de pescado no Porto Grande, não obstante se assinalar um decréscimo do número de navios, em sentido inverso, registou-se um aumento de toneladas de pescado movimentado.

Essas variações de sinais negativas ilustradoras do contexto em que se desenvolveram os negócios portuários em 2013 continuam a evidenciar o fraco dinamismo da economia nacional com efeito directo na actividade dos portos enquanto "barómetros" privilegiados de medição da intensidade do comércio externo.

Dois mil e treze foi igualmente um ano marcado pela intensa colaboração da ENAPOR com o governo no processo de reforma institucional do sector marítimo-portuário.

2. ACTIVIDADE PORTUÁRIA

A actividade portuária desenvolveu-se num contexto nacional de moderado crescimento do Produto Interno Bruto e de baixa inflação (1,5%) que não é alheio à fraca *performance* da economia global, particularmente da europeia.

2.1. Movimento de Navios

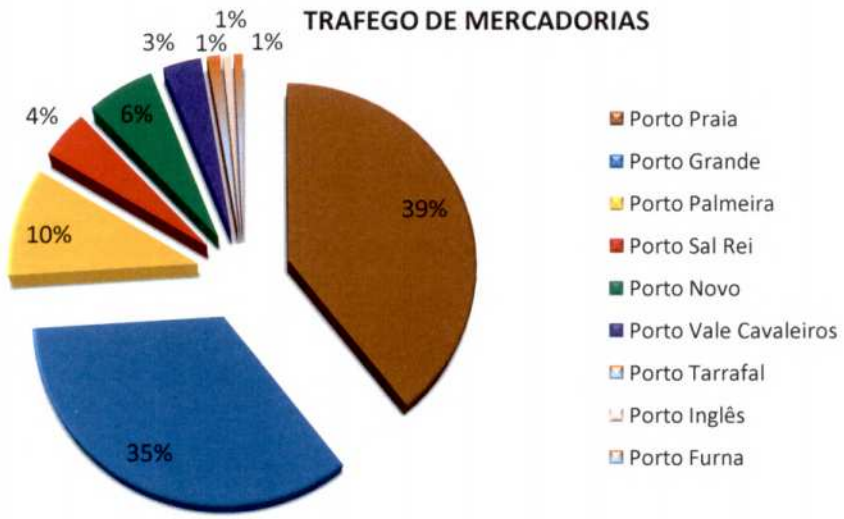
Em 2013, resgistaram-se 6.680 escalas de navios nos portos de Cabo Verde, sendo 5.937 (+8,8%) de bandeira nacional e 743 (-8%) de bandeira estrangeira. Em termos de volume (TAB), houve um aumento de 10,1% nos navios nacionais e de 4,2% nos estrangeiros.

MOVIMENTO DE NAVIOS				Var 13/11	Variação 13/12	
	2013	2012	2011	%	Numero	%
Nacionais						
Numero	5.937	5.456	6.407	-7,3%	481	8,8%
TAB	6.047.923	5.493.946	8.264.098	-26,8%	553.977	10,1%
Estrangeiros						
Numero	743	808	953	-22,0%	-65	-8,0%
TAB	5.032.034	4.831.304	4.530.959	11,1%	200.730	4,2%
Total Geral						
Numero	**6.680**	**6.264**	**7.360**	**-9,2%**	**416**	**6,6%**
TAB	**11.079.957**	**10.325.250**	**12.795.057**	**-13,4%**	**754.707**	**7,3%**

2.2. Movimento de Mercadorias

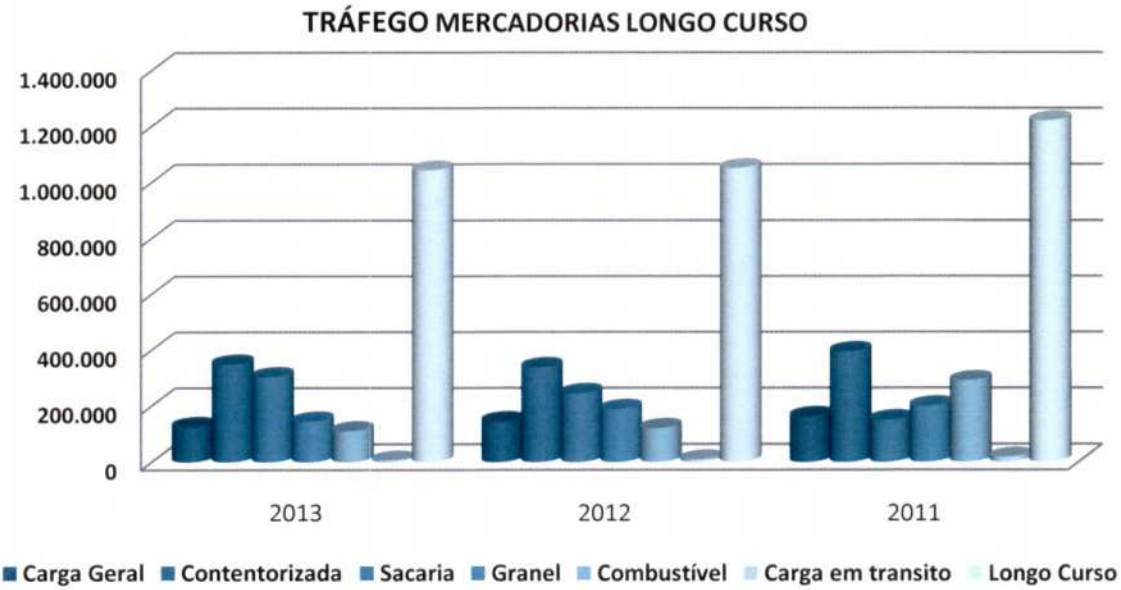
Em 2013, o tráfego total de mercadorias foi de 1.835.326 toneladas, registando-se, assim, um decréscimo de 3% em relação a 2012.

MOVIMENTO DE MERCDORIAS	2013	2012	2011	Var 13/11	Variação 13/12	
				%	Numero	%
Longo Curso	**1.043.078**	**1.050.139**	**1.219.487**	**-14,5%**	**-7.061**	**-0,7%**
Carga Geral	126.387	145.834	163.434	-22,7%	-19.447	-13,3%
Contentorizada	349.845	339.055	395.985	-11,7%	10.790	3,2%
Sacaria	304.682	246.377	151.288	101,4%	58.305	23,7%
Granel	145.122	189.158	200.772	-27,7%	-44.036	-23,3%
Combustível	110.730	120.786	290.676	-61,9%	-10.056	-8,3%
Carga em transito	6.312	8.929	17.332	-63,6%	-2.617	-29,3%
Cabotagem	**792.248**	**841.960**	**829.300**	**-4,5%**	**-49.712**	**-5,9%**
Carga	262.386	280.348	262.368	0,0%	-17.962	-6,4%
Descarga	257.630	276.565	270.362	-4,7%	-18.935	-6,8%
Granel Liquido	272.232	285.047	296.570	-8,2%	-12.815	-4,5%
Total Geral	**1.835.326**	**1.892.099**	**2.048.787**	**-10,4%**	**-56.773**	**-3,0%**



Cargas Longo Curso

A carga de longo curso atingiu 1.043.078 toneladas, apresentando um decréscimo de 0,7% com referência a 2012 e -14,5% em relação a 2011.



MOVIMENTO DE MERCADORIAS DE LONGO CURSO POR PORTOS	2013	2012	2011	Var 13/11	Variação 13/12	
				%	Numero	%
Porto Grande	459.638	389.005	476.939	-3,6%	70.633	18,2%
Porto Praia	404.543	469.681	556.694	-27,3%	-65.138	-13,9%
Porto Palmeira	98.229	120.321	90.532	8,5%	-22.092	-18,4%
Porto Sal-Rei	40.593	21.750	40.026	1,4%	18.843	86,6%
Porto Novo	10.572	17.469	24.673	-57,2%	-6.897	-39,5%
Porto Vale Cavaleiros	17.015	21.279	23.425	-27,4%	-4.264	-20,0%
Porto Tarrafal	7.029	8.888	6.737	4,3%	-1.859	-20,9%
Porto Inglês	5.034	313	60	8290,0%	4.721	1508,3%
Porto Furna	425	1.433	403	5,5%	-1.008	-70,3%
Total Geral	**1.043.078**	**1.050.139**	**1.219.489**	**-14,5%**	**-7.061**	**-0,7%**

Carga Cabotagem

Na carga de cabotagem, verificou-se uma diminuição de 5,9%, menos 49.712 toneladas do que em 2012.

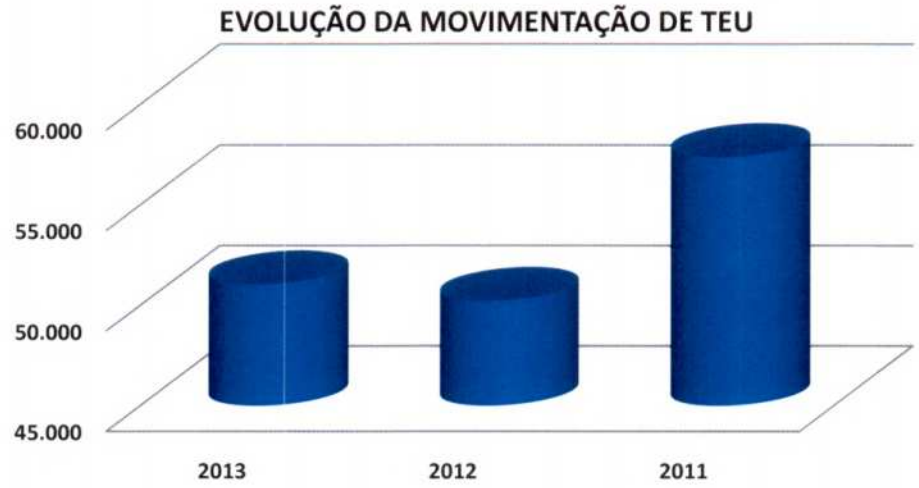
MOVIMENTO DE MERCADORIAS DE CABOTAGEM POR PORTOS	2013	2012	2011	Var 13/11	Variação 13/12	
				%	Numero	%
Porto Grande	264.164	283.034	284.795	-7,2%	-18.870	-6,7%
Porto Praia	229.399	234.572	219.177	4,7%	-5.173	-2,2%
Porto Palmeira	80.540	88.808	85.814	-6,1%	-8.268	-9,3%
Porto Sal-Rei	38.100	39.220	45.728	-16,7%	-1.120	-2,9%
Porto Novo	99.053	106.110	107.127	-7,5%	-7.057	-6,7%
Porto Vale Cavaleiros	44.379	48.311	40.193	10,4%	-3.932	-8,1%
Porto Tarrafal	13.688	14.210	18.853	-27,4%	-522	-3,7%
Porto Inglês	9.262	13.992	16.464	-43,7%	-4.730	-33,8%
Porto Furna	13.663	13.703	13.977	-2,2%	-40	-0,3%
Total Geral	**792.248**	**841.960**	**832.128**	**-4,8%**	**-49.712**	**-5,9%**

Movimento de Contentores

Neste segmento de carga, o tráfego atingiu as 432.777 toneladas, com um decréscimo de 2,9% em relação a 2012 enquanto que nos TEUS houve um acréscimo de 1,6%.

Movimento de Contentores

Contentores	2013		2012		Variação 2013/2012			
	TEUS	TON.	TEUS	TON.	TEUS	%	TON	%
CARREGADOS	**25.812**	**75.793**	**24.942**	**111.353**	**870**	**3,5%**	**-35.560**	**-31,9%**
Porto Grande	8.915	25.569	9.025	29.611	-110	-1,2%	-4.042	-13,7%
Porto da Praia	13.985	42.528	13.164	74.389	821	6,2%	-31.861	-42,8%
Porto da Palmeira	1.632	4.027	1.282	3.178	350	27,3%	849	26,7%
Porto de Sal-Rei	896	2.628	1.053	3.074	-157	-14,9%	-446	-14,5%
Delegações Portuárias	384	1.041	418	1.101	-34	-8,1%	-60	-5,4%
DESCARREGADO	**24.753**	**353.670**	**24.929**	**331.913**	**-176**	**-0,7%**	**21.757**	**6,6%**
Porto Grande	8.827	117.254	9.078	104.480	-251	-2,8%	12.774	12,2%
Porto da Praia	13.029	201.355	12.759	189.819	270	2,1%	11.536	6,1%
Porto da Palmeira	1.377	14.530	1.595	17.660	-218	-13,7%	-3.130	-17,7%
Porto de Sal-Rei	1.096	14.393	1.013	13.523	83	8,2%	870	6,4%
Delegações Portuárias	424	6.138	484	6.431	-60	-12,4%	-293	-4,6%
TRANSBORDO	**67**	**64**	**77**	**71**	**-10**	**-13,0%**	**-7**	**-9,9%**
Porto Grande	0	0	0	0	0	-	0	-
Porto da Praia	2	13	0	71	2	-	-58	-81,7%
Porto da Palmeira	0	0	0	0	0	-	0	-
Porto de Sal-Rei	57	34	77	0	-20	-26,0%	34	-
Delegações Portuárias	8	17	0	0	8	-	17	-
BALDEAÇÃO	**421**	**3.250**	**284**	**2.477**	**137**	**48,2%**	**773**	**31,2%**
Porto Grande	155	0	78	0	77	98,7%	0	
Porto da Praia	266	3.250	206	2.477	60	29,1%	773	31,2%
TOTAL	**51.053**	**432.777**	**50.232**	**445.814**	**821**	**1,6%**	**-13.037**	**-2,9%**



2.3. Movimento de Passageiros

Em 2013, passaram pelos portos de Cabo Verde 841.070 passageiros, com um acréscimo de de 1,8% em relação a 2012.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS	2013	2012	2011	Var 13/11	Variação 13/12	
				%	Numero	%
Desembarcados	380.796	387.185	412.484	-7,7%	-6.389	-1,7%
Embarcados	379.954	387.244	409.193	-7,1%	-7.290	-1,9%
Trânsito	80.320	51.763	42.541	88,8%	28.557	55,2%
TOTAL	**841.070**	**826.192**	**864.218**	**-2,7%**	**14.878**	**1,8%**

3. GOVERNO DA SOCIEDADE

3.1. Missão e Objectivos Estratégicos

Criar um contexto de negócio portuário competitivo, diversificado e crescente num quadro de parcerias e cooperação, com compromisso assumido por todos os trabalhadores da empresa. Construir infra-estruturas adequadas, apetrechar-se com as super-estruturas necessárias e adoptar as novas tecnologias para servir, num nível de excelência, todos os clientes portuários.

Numa óptica nacional, a empresa aposta sempre na expansão e melhoria de qualidade dos seus serviços para dar vazão ao aumento natural da quantidade do tráfego e diversificar os serviços portuários com vista a melhor servir os utentes e aumentar o seu volume de negócios.

Numa óptica internacional, a empresa procura apetrechar os principais portos do País para a internacionalização do sistema portuário cabo-verdiano através do transbordo de contentores e de pescado e do turismo de cruzeiro.

3.2. Legislação Vigente

Em termos de **enquadramento legal e económico da empresa**, a ENAPOR,S.A. está estritamente vinculada a diplomas legais que regem a sua actividade, nomeadamente:

- E**statuto jurídico da empresa**: a ENAPOR é uma sociedade anónima de capitais públicos, detidos direta e exclusivamente pelo Estado de Cabo Verde e criada pelo Decreto-Lei nº4/2001, de 4 de Junho, que aprovou os respetivos Estatutos, atualizados e publicados no BO nº37, III.ª Série, de 2 Outubro de 2009 devido ao aumento do capital social de 750.000.000$00 para 1.200.000.000$00. A sociedade tem por objecto a administração dos portos de Cabo Verde, visa a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício de algumas competências e prerrogativas de direito público, descritas na Lei dos Portos de Cabo Verde, no Regulamento dos Portos de Cabo Verde e nas Bases Gerais da Concessão Geral dos portos de Cabo Verde estabelecidas no Decreto-Lei n.º 46/2013, de 14 de Novembro.

A ENAPOR está sujeita à legislação aplicável às sociedades comerciais em geral de harmonia com o disposto no Decreto-Legislativo nº3 /99, de 29 Março 1999, que aprovou o Código da Empresas Comerciais e ainda pela sua natureza de empresa de capitais públicos, está igualmente sujeita ao regime jurídico aplicável ao Sector Empresarial do Estado, nos termos previstos na Lei n.º 47/VII/2009, de 7 de Dezembro, in B.O. n.º 46, I.ª Série, que estabelece o regime do SEE, incluindo as Bases Gerais do Estatuto das Empresas Públicas.

- R**egime económico de exploração**: a exploração comercial da movimentação de cargas nos cais e terminais de Cabo Verde realiza-se ao abrigo das regras consagradas nos diplomas legais que regem a actividade de movimentação de cargas nos portos, ou seja: o Decreto-Legislativo nº 10/2010 de 1 de Novembro que aprova o regime jurídico dos Portos de Cabo Verde, o Decreto-Regulamentar nº 15/2010, de 20 Dezembro que aprova o Regulamento dos Portos de Cabo Verde, a Portaria 80/84, de 22/12 que aprova o Regulamento de pessoal de tráfego e estiva nos Portos de Cabo Verde e o Decreto-Legislativo nº 14/2010, de 15 de

Novembro que aprovou o Código Marítimo de Cabo Verde, bem como o Caderno de Tarifas em vigor na ENAPOR, aprovado através da Deliberação n.º 012/CA/2013 do Instituto Marítimo Portuário, publicado no Boletim Oficial Nº7, de 1 de Fevereiro de 2013, II.ª Série.

Regulamentos Internos

Os **regulamentos internos** mais directamente relacionados com a actividade da Empresa e que esta tem por obrigação de cumprir e fazer cumprir são os seguintes:

- Regulamento de Serviços Prestados a Mercadorias;
- Regulamento de Serviços Prestados a Navios;
- Tarifário específico para os Navios Ro-Ro que operam na Cabotagem nos portos de Cabo Verde;
- Regulamento de Compras de Bens e Serviços;
- Regulamento de Gestão do Património;
- Estatuto de Pessoal da ENAPOR, S.A;
- Regulamento de Carreira da ENAPOR, S.A.

3.3. Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da ENAPOR, S.A. têm a seguinte composição:

- **Mesa da Assembleia Geral**
  Presidente – Eng. Leonildo Cerilo Monteiro

- **Conselho de Administração**
  Presidente – Eng. Franklim do Rosário Spencer
  Administrador – Dr. Adriano Antonio Soares
  Administrador – Dr. Valdemiro Paulo Costa Tolentino

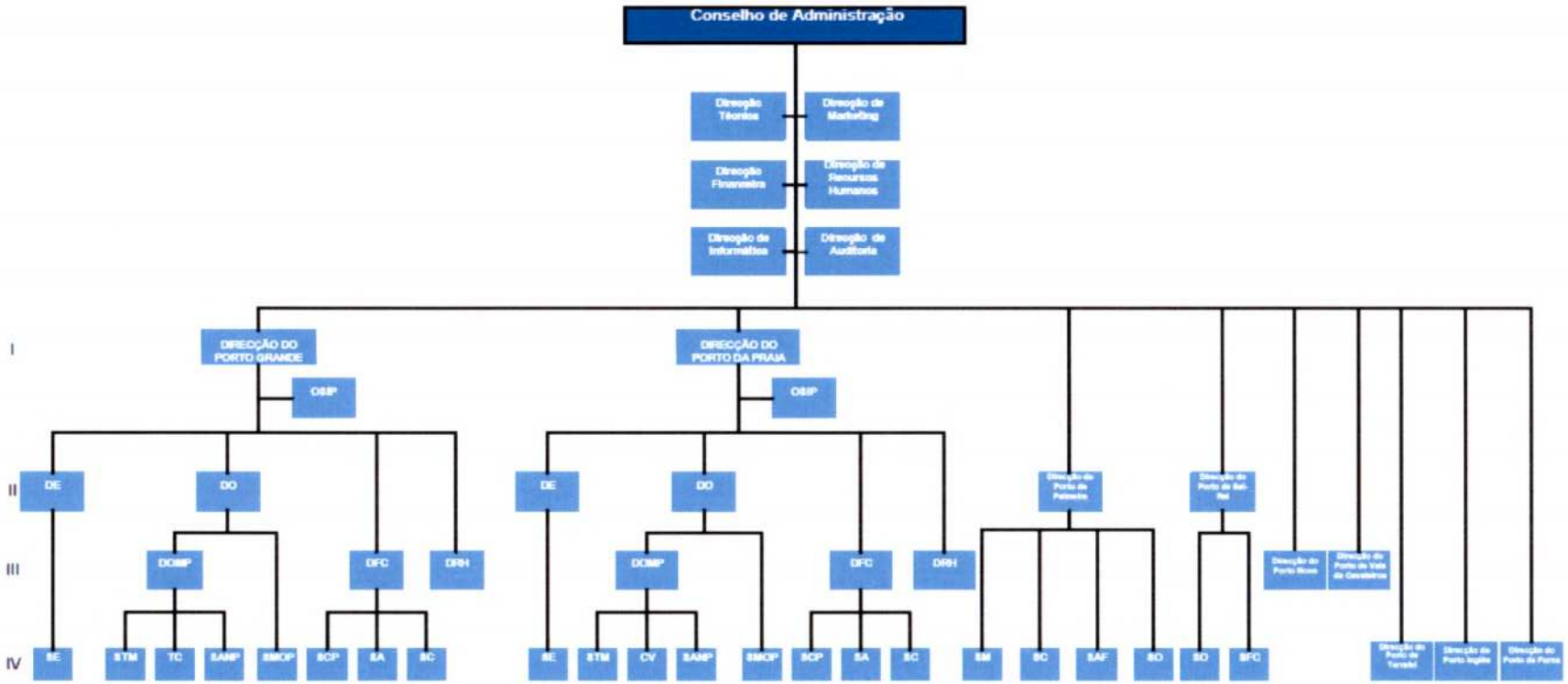
- **Conselho Fiscal**
  Presidente – Dr Carlos Alberto Furtado
  Vogal – Dr. Sátiro Tavares Sanches
  Vogal – Dr. Cesário João Gomes Lopes

Nota: As contas são auditadas por um **Revisor Oficial de Contas** seleccionado por concurso público, sendo o actual a Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pelo Dr. Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes

3.4. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa

A estrutura orgânica da empresa é a que se apresenta no seguinte organograma:

ESTRUTURA ORGÂNICA DA ENAPOR,S.A.



OSIP - OFICIAL DE SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS
DE - DIRECÇÃO DE ENGENHARIA
DO - DIRECÇÃO DE OPERAÇÕES
DCMP – DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES MARÍTIMO-PORTUÁRIAS
DFC – DEPARTAMENTO FINANCEIRO E COMERCIAL
DRH – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
STM – SERVIÇO DE TRAFEGO DE MERCADORIAS
TC – TERMINAL DE CABOTAGEM
SMOP – SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PORTUÁRIA
SCP – SERVIÇO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO
SANP – SERVIÇO DE ASSISTÊCNIA A NAVIOS E PILOTAGEM
SA – SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO
CV – CARGO VILLAGE
SM – SERVIÇO DE MANUTENÇÃO
SC – SERVIÇO COMERCIAL
SAF – SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
SO – SERVIÇO DE OPERAÇÕES
SFC – SERVIÇO FINANCEIRO E COMERCIAL
SE – SERVIÇO EQUIPAMENTO

3.5. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

Valores em escudos:

Conselho de Administração

	Valores Mensais	
	Presidente Conselho Administração	**Administrador**
1. Remuneração		
Base	274.307,00	252.201,00
2. Outras Regalias e Compensações		
Subsídio de telefone fixo	2.500,00	2.500,00
Subsídio telemóvel	P/Factura	10.000,00
Subsídio Renda de casa	30.000,00	20.000,00
Subsídio Combustível	10.370,00	10.500,00
Subsídio de utilização de viatura própria	10.000,00	10.000,00
3. Parque automóvel		
Marca	Volkswagen Passat	- -
Matricula	ST - 02 - JÁ	- -
Valor Aquisição	3.389.968,00	- -
Ano Aquisição	2005	- -
		- -

4. RECURSOS HUMANOS

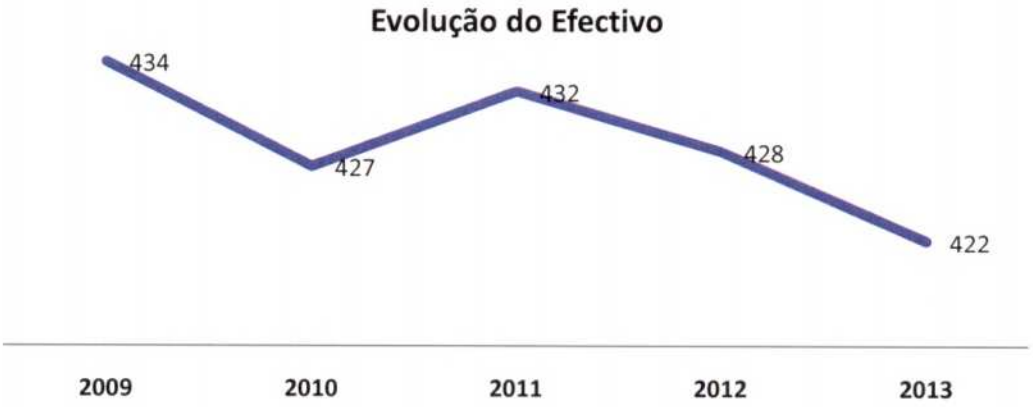
4.1. Pessoal do Quadro

4.1.1. Evolução do Efectivo

Em 31 de Dezembro de 2013, o número de trabalhadores ao serviço da Enapor fixou-se nos 422 trabalhadores, contra os 428 existentes no final de 2012, entre trabalhadores com vínculo definitivo e sem vínculo permanente à empresa.

A diminuição de 6 efectivos observada em comparação com o ano anterior decorreu de um total acumulado de 9 entradas contra 15 saídas.

O gráfico seguinte mostra a evolução dos efectivos ao longo dos últimos cinco anos.



4.1.2. Distribuição dos Efectivos por Tipo de Vínculo e por Grupo de Pessoal

Face ao ano anterior não se verificaram grandes alterações em relação ao tipo de vínculo.

Conforme se observa no gráfico acima, dos 422 colaboradores ao serviço da empresa em 2013, 93% tinham como vínculo laboral um contrato de trabalho por tempo indeterminado, enquanto que apenas 7%, 31 colaboradores, tinham uma relação jurídica de contrato de trabalho sem termo.

Assim, tendo em conta que, das 15 saídas que ocorreram, 13 corresponderam a colaboradores com vínculo definitivo, enquanto que todas as novas admissões foram feitas em regime de contrato de trabalho a prazo, a proporção dos colaboradores vinculados através de um contrato individual de trabalho por tempo indeterminado passou de 94% para 93% do total.

No que tange à distribuição dos trabalhadores por grupo profissional, constatou-se que o grupo do Pessoal Operacional continuou a constituir-se como o grupo dominante, embora tenha visto o seu peso percentual reduzir-se ligeiramente, passando de 39% para 38%, logo seguido do grupo do Pessoal Técnico que, inversamente, viu a sua proporção aumentar de 35% para 36%, enquanto que a representatividade dos restantes grupos manteve-se inalterável.

O aumento da representatividade do grupo do Pessoal Técnico está em consonância com o facto das admissões realizadas no último ano terem incidido fundamentalmente em trabalhadores detentores do grau de licenciatura, enquanto que mais de metade das saídas envolveram trabalhadores afectos ao grupo operacional.

O grupo de Pessoal Marítimo continua a ser o que acolhe o menor número de colaboradores, apenas 3% do total.

Distribuição dos efectivos por grupos profissionais e vínculo				
Pessoal Administrativo	63	5	**68**	16%
Pessoal de Manutenção	24	6	**30**	7%
Pessoal Marítimo	13	0	**13**	3%
Pessoal Operacional	150	9	**159**	38%
Pessoal Técnico	141	11	**152**	36%
TOTAL	**391**	**31**	**422**	100%

4.1.3. Repartição Segundo o Sexo e a Estrutura

O quadro seguinte elucida sobre a distribuição dos colaboradores por sexo e por estrutura.

ESTRUTURAS	Número de Efectivos		TOTAL
	Homens	Mulheres	
Administração	20	20	40
Porto Grande	119	24	143
Porto da Praia	127	26	153
Porto de Palmeira	23	8	31
Porto de Sal-Rei	6	2	8
Porto de Vale dos Cavaleiros	8	4	12
Porto Novo	9	3	12
Porto de Tarrafal	6	2	8
Porto Inglês	7	1	8
Porto da Furna	5	2	7
TOTAL	**330**	**92**	**422**

Constituindo-se os homens, de forma destacada, o grupo dominante no universo dos colaboradores da empresa e não se tendo ainda registado em 2013, qualquer alteração na proporção dos trabalhadores segundo o género, no que tange à afectação orgânica.

O Porto da Praia manteve-se como a estrutura com maior representatividade, com 36% do total, embora tenha visto decair ligeiramente o seu peso percentual, em virtude do *turn-over* verificado neste porto ter-se caracterizado por uma maior expressão dos movimentos de saída face a ingressos.

Fixando-se em cerca de 34% do total, o Porto Grande viu aumentado os trabalhadores adstritos à Direcção do Porto Grande, este viu aumentado tenuemente o seu peso percentual, concentrando os dois principais portos, no seu conjunto, cerca de 70% dos efectivos (71% em 2012).

4.1.4. Habilitações Literárias

Em termos da estrutura habilitacional, embora se tenha mantido no final de 2013 uma maior preponderância dos colaboradores com o Ensino Básico Integrado, cerca de 48% do total, houve uma redução de cerca de 6% dos trabalhadores com este nível habilitacional face ao ano de 2012.

Seguiram-se os colaboradores habilitados com o Ensino Médio ou Superior, ou seja, cerca de 25% do total, os quais viram aumentado a sua representatividade, com um acréscimo de 18% do ano de 2012 para o ano de 2013, o que é justificado pela melhoria das habilitações de alguns colaboradores e pela entrada de 5 Técnicos Superiores durante o ano em apreço.

	Níveis de Escolaridade	Total	
		Nº	%
1	Sem Instrução	2	0%
2	Até o Ensino Básico Integrado	202	48%
3	1º Ciclo	47	11%
4	2º Ciclo	18	4%
5	3º Ciclo	49	12%
6	Ensino Médio e Superior	104	25%
	TOTAL	**422**	**100%**

4.1.5. Estrutura Etária

Em relação à distribuição dos trabalhadores de acordo com a estrutura etária , verificou-se que o grupo etário mais representativo é o dos 45-49 anos com 110 trabalhadores , logo seguido do grupo etário dos 50-54 anos com 101 trabalhadores.

ESCALÕES ETÁRIOS	18 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 – 59	60 - 64	>= 65	TOTAL
Sexo Masculino	7	16	26	38	86	80	59	18	0	**330**
Sexo Feminino	3	9	15	14	24	21	6	0	0	**92**
TOTAL	**10**	**25**	**41**	**52**	**110**	**101**	**65**	**18**	**0**	**422**
	2%	**6%**	**10%**	**12%**	**26%**	**24%**	**15%**	**4%**	**0%**	**100%**

Os trabalhadores que tinham menos de 30 anos constituíram o grupo etário menos representativo, com aproximadamente 2% do total.

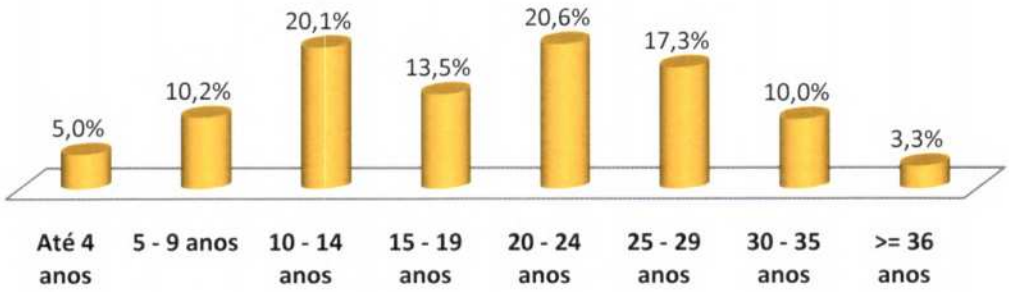
O quadro abaixo mostra-nos que a média de idades ao nível da empresa situou-se nos 48 anos, sendo que foi no Porto Grande onde encontravam-se colaboradores com mais idade, constatando-se ainda que a Administração e o Porto da Praia tinham a mesma média de idade(s), 47 anos.

Idade Média/Estruturas	AD	DPP	DPG	DPPal	outras Direcções	GERAL
	47	47	50	40	46	48

4.1.6. Antiguidade

O gráfico que se segue mostra-nos que as classes dos 10-14 anos e dos 20-24 anos são as que apresentaram o maior número de colaboradores, com uma representação conjunta de 40%, logo seguida da classe dos 25-29 anos com 17% de colaboradores.

Níveis de Antiguidade



4.2. Formação

Durante o ano 2013, e conforme ilustra o quadro abaixo, foram frequentadas pelos colaboradores da empresa um total de 33 acções formativas.

FORMAÇÃO ANO 2013

INDICADORES	INTERNAS	EXTERNAS NACIONAIS	EXTERNAS INTERNACIONAIS	TOTAL
Acções	18	9	6	**33**
Participações	216	17	8	**241**
Horas de formação	516	350	610	**1476**
Volume de Formação	5753	879	770	**7402**

Das 33 acções desenvolvidas, 18 corresponderam a acções internas, 9 a acções externas nacionais e 6 a acções externas internacionais.
As participações no período em análise elevaram-se a 241, sendo que as participações nas acções internas representaram cerca de 90% do total.

As acções de formação desenvolvidas totalizaram-se em 1.476 horas, a que correspondeu, face ao número de participantes envolvidos, a um volume de formação de 7.402 horas, explicado pelo maior número das acções internas, o que conduziu a que o número de participantes em cada acção tenha sido, em média, significativo.
Boa parte das acções de formação internas esteve direccionada para a capacitação dos utilizadores da JUP – Janela Única Portuária - em todos os portos, tendo em conta que entrou em funcionamento em 2013.

Foram desenvolvidas outras acções internas relevantes, nomeadamente, em segurança radiológica, em decorrência da exploração dos scanners de contentores nos portos principais, em operação e manutenção das gruas recentemente adquiridas para o Porto de Sal-Rei e Porto Grande e ainda no Sistema de Gestão Electrónica de Documentos.

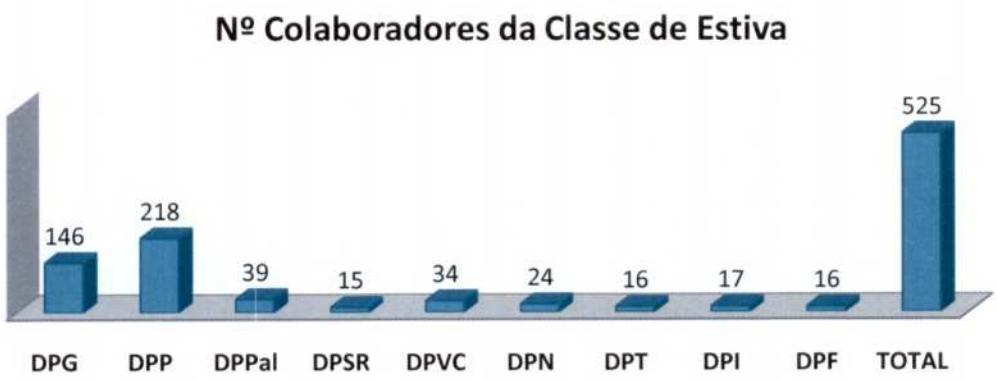
No que tange a acções externas, cabe salientar pela sua importância e pertinência, a participação de um técnico da empresa num curso de Pós-Graduação em Estratégia Portuária, a participação de colaboradores em acções formativas em investimentos portuários e parcerias

público-privadas, em concessões do domínio portuário e em manobras náuticas no porto e reboque de Alto Mar.

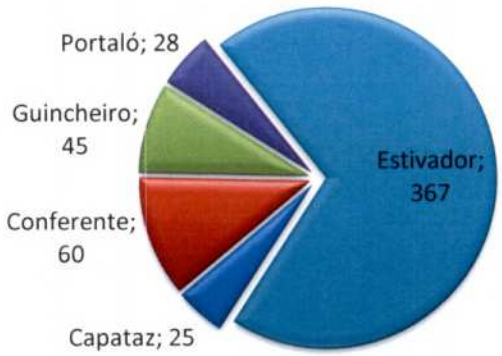
4.3. Efectivo da Estiva

O total de colaboradores da Estiva registado em 2013 foi de 525, menos 10 do que em 2012.

Os dois maiores e principais portos, Porto Praia e Porto Grande, são os que possuíam a grande maioria dos colaboradores, conforme ilustra o gráfico abaixo:



A distribuição dos 525 colaboradores da Estiva pelas 5 categorias profissionais fez-se de acordo com o gráfico abaixo:



5. MARKETING, RELAÇÕES PUBLICAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2013, a atuação da área de Marketing e Imagem foi orientada com o objectivo de perpetuar e estreitar vínculos, fazendo com que a empresa seja destacada de forma positiva perante os seus públicos. A estratégia de comunicação e imagem da Enapor passou pela realização de actividades que integram:

- Ações de marketing interna;
- Ações de marketing e reforço da imagem a nível nacional e internacional; e
- Relações públicas.

No âmbito das ações de marketing interno foram realizadas actividades com o objectivo de motivar e de criar um clima de coesão entre os trabalhadores. Destaque para algumas ações realizadas no dia da Mãe e no dia dos trabalhadores.
O envolvimento com a comunidade, a promoção de iniciativas que tenham impacto directo ajudam a desenvolver relações de confiança e a solidificar o relacionamento com os clientes.
Ao nível nacional, em 2013, a empresa investiu um total de 16.763.504,89 escudos entre publicidade, patrocínios e apoios, registando um decréscimo de 9.383.143,12, em relação ao período homólogo de 2012. Entre outras ferramentas utilizadas destacam-se:

- O *site* da empresa;
- Concepção de brindes;
- A Expotur;
- A FICH (Feira Internacional de Construção e Habitação);
- A 2ª edição da Expomar;
- A FIC (Feira Internacional de Cabo Verde);
- Inserção de anúncios no Jornal Artiletra;
- Colocação de vídeo nas páginas amarelas electrónicas
- Veiculação de *Spot* de Natal.

A internacionalização das actividades empresariais constitui um dos principais pilares das orientações da política económica, sendo-lhes reconhecido o estatuto de competitividade e considerada uma exigência como forma de consolidar posições em mercados altamente competitivos. As actividades realizadas ao nível internacional são as seguintes:

- A *Cruise Shipping Miami* 2013;
- Inserção de publi-reportagem na Revista Fragata e na *World Business Reports*.

Com o objectivo de desenvolver uma atmosfera de confiança com os diferentes públicos, foram realizadas diversas actividades no âmbito das relações públicas, entre as quais destacam-se:

- Apresentação do Projeto de registo internacional de navios;
- Cerimónias, de lançamento da 1ª pedra para a "Ampliação do Terrapleno e Construção do Acesso Norte do Porto Grande de S. Vicente e da obra para a construção do Complexo de Frio.
- Visita do Grupo Martifer;
- Acto inaugural da JUP (Janela Única Portuária);
- Visita do representante da ICSCT;
- Visita do 1º Ministro às obras de expansão do Porto Grande; e
- *Atelier* de Socialização das Reformas do Sector dos Transportes.

Importa frisar que para além destas actividades a Direcção de Marketing também esteve envolvida em outras actividades, como preparação de reuniões e encontros e de actos de representação.

6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

As acções e projectos desenvolvidos em 2013 no âmbito dos sistemas de informação integram a Gestão; Sistemas; Infraestruturas e Comunicações e Segurança.
Várias foram as intervenções para a boa gestão dos sistemas, entre as quais se destacam:

- Manutenção dos sistemas implementados; e
- Redefinição da equipa da Direcção de Informática.

No âmbito dos Sistemas destaca-se a operacionalização da JUP nos portos nacionais. A entrada em produção foi marcada oficialmente com o acto inaugural realizado a 7 de Junho na ENAPOR em S. Vicente.
Outras atividades realizadas por este serviço foram:

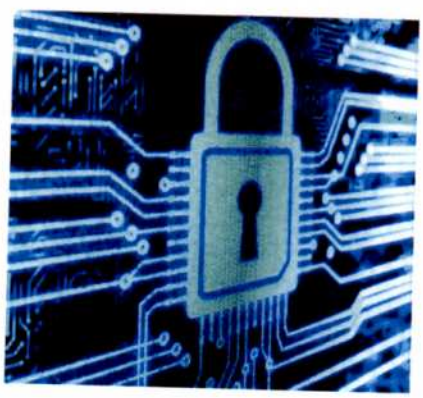
- Suporte à implementação do GED (Gestão Electrónica de Documentos);
- Implementação do *Marwinwin* no Porto da Palmeira;
- Atualização dos sistemas (corporativos) implementados; e
- Operacionalização da integração do sistema *Sisqual Time&Access* ao sistema Primavera.

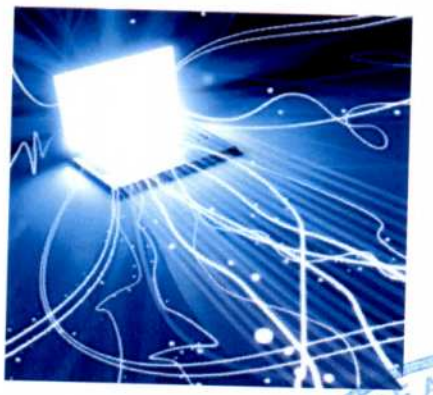
Relativamente as Infra-estruturas e Comunicação destacam-se:

- *Upgrade* dos circuitos dedicados à *internet*;
- 2ª Fase de implementação da rede *Wireless* no Porto da Palmeira;
- Instalação de UPS's centralizados nos pequenos portos;
- Substituição de equipamentos absoletos;
- Implementação da rede de dados na sala de formação do Porto da Palmeira;
- Operacionalização das comunicações no Cargo *Village* no Porto da Praia;
- Melhoria nas comunicações VPN (*Virtual Private Network*); e
- Reorganização da Infraestrutura de rede no Centro de dados em S. Vicente.

Em termos de segurança da informação foram realizadas:

- Implementação do WSUS (*Windows Software Update Services*);
- Correcção de falhas de segurança na infra-estrutura tecnológica da ENAPOR; e
- Reforço de segurança física do centro de dados da ENAPOR em S. Vicente.





7. SEGURANÇA PORTUÁRIA

Sendo a segurança dos portos um objectivo intermédio para a consecução dos principais objetivos para a promoção de Cabo Verde como destino turístico internacional de eleição e como plataforma logística de projeção no *hinterland* da costa ocidental africana, o ano de 2013 ficou marcado pelas seguintes actividades:

- Projecto *Scanners* – realça-se o trabalho desenvolvido conjuntamente com o Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa na implementação das recomendações do relatório de Avaliação de Segurança Radiológica aos *sites* de *Scanner*. Para este objectivo realizou-se uma ação de formação avançada em Segurança Radiológica, aos profissionais de *Scanner*, na Praia, Mindelo e Palmeira;

- Código ISPS – dada a importância da segurança portuária adotou-se medidas pontuais para se cumprir minimamente com os regulamentos e normas afins;

- Rampas Metálicas – os trabalhos de construção das rampas ficaram concluídas em Março, sendo que algumas delas já estão instaladas, enquanto outras aguardam desígnio;

- Visita de auditoria aos portos para auditar as condições de segurança e da participação nos trabalhos do Grupo de Reforma do Sector Marítimo Portuário;

- Ao nível de cooperação nacional, a empresa participou em várias actividades, do Ministério da Defesa Nacional, do MIEM, IMP, PJ, INDP e DGA;

- Ao nível internacional, regista-se a participação em vários trabalhos organizados para os portos da Costa Africana do Oeste e do Centro.

8. INVESTIMENTOS

8.1. Executados

A ENAPOR, em 2013, realizou diversos investimentos no valor de 230.120 contos, destacando-se a aquisição de duas Gruas para o Porto Sal-Rei e Porto Grande no valor de 110.200 contos.

INVESTIMENTOS	2013	2012	2011	2010	2009	Variação 2013/12
Adquirido	158.741	27.609	26.468	16.454	51.286	475%
Executados no Exercício	52.067	-	7.831	157.264	142.394	100%
Investimentos em Curso	19.313	169.800	214.726	2.287.969	1.414.379	-89%
TOTAL	**230.120**	**197.409**	**249.025**	**2.461.687**	**1.608.059**	**17%**

8.2. Financiamento

Em 2013, o financiamento de projectos com recursos próprios atingiu o valor de 142 mil contos. Para além dos financiamentos obtidos por meio de capital alheio no montante de 89 mil contos, em que 70 mil contos foram por meio de crédito bancário para financiar parte da aquisição das duas Gruas Groves e 19 mil contos, de subsídio do Estado ao investimento para apoiar na construção da rampa metálica do Porto Tarrafal.

FONTES DE FINANCCIAMENTO	2013	2012	2011	2010	2009	Variação 2013/12
Auto financiamento - Fundos Próprios	141.128	197.409	35.258	45.917	156.137	-29%
Capital Alheio						
Credito Bancário	70.000	-	213.767	2.250.563	1.451.922	100%
Subsidio ao Investimento	18.992	-	-	165.207	-	100%
TOTAL	**230.120**	**197.409**	**249.025**	**2.461.687**	**1.608.059**	**17%**

8.3. Projectos

Durante o exercício de 2013, vários foram os projetos públicos portuários executados, e que foram acompanhados pela ENAPOR, sendo, os seguintes, dignos de registo:

- No Porto Grande, foram iniciadas as obras de Expansão do Terrapleno e Construção do Acesso Norte e as obras para a construção do Complexo de Frio;

- Foram reiniciadas as obras de expansão do Porto de Sal-Rei;
- Foram concluídas as obras de Expansão do Porto da Praia, do Porto de Vale de Cavaleiros e Furna;

- Iniciaram-se-se os estudos e projectos de engenharia detalhada dos portos na Zona de Pau Seco, ilha do Maio, e Expansão do Porto de Tarrafal, na ilha de S. Nicolau;

- Conclusão do processo de negociação com o Banco Europeu de Investimentos para o financiamento das obras da Fase 2 do Porto da Palmeira.

Obras de Expansão do Terrapleno e Construção do Acesso Norte do Porto Grande

Construção do Complexo de Frio do Porto Grande

Reiniciar das Obras do Porto Sal-Rei

Obras do Porto da Praia

Obras do Porto Vale Cavaleiros

Obras do Porto Furna

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

9.1. Análise de Resultados

O desempenho económico-financeiro da ENAPOR é espelhado no Resultado Líquido alcançado, de 17.976 contos, contra 172.544 contos negativos do exercício anterior.

O resultado positivo do exercico de 2013 é explicado pelo acréscimo nos rendimentos no valor de 129.588 contos e pela diminuição nos gastos no montante de 118.265 contos.

O acréscimo dos rendimentos está associado à actualização do tarifário e a diminuição dos gastos tem a ver com a politica de racionalização dos mesmos..

No quadro, que se segue, é perceptível a diminuição dos gastos em quase todas as rubricas, com relevância para os Gastos com Pessoal em razão de alguma diminuição da actividade portuária e ainda da reformulação da orgânica, as Depreciações com menos 25.976 contos. Nos Gastos Financeiros também houve uma diminuição que representa em termos absolutos 25.146 contos.

Unid. Contos

Demonstração de Resultados	2013	2012	VAR. % 13/12	Orç	Var. % 13/Orç.
Prestações de serviços	1.855.630	1.734.690	7%	1.934.296	-4%
Rendimentos Suplementares	258.125	242.937	6%	275.829	-6%
Outros ganhos operacionais	67.905	38.493	76%	47.754	42%
Gastos M.V. Matérias Consumidas	(47.660)	(48.496)	-2%	(50.101)	-5%
Fornecimentos e serviços externos	(460.551)	(459.862)	0%	(438.546)	5%
Gastos com o pessoal	(935.729)	(974.377)	-4%	(976.346)	-4%
Outros gastos operacionais	(27.011)	(34.766)	-22%	(17.380)	55%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	710.710	498.619	43%	775.506	-8%
Margem EBITDA	33,6%	25,2%	33%	35,1%	-4%
Depreciações	(574.292)	(600.268)	-4%	(580.809)	-1%
Provisões e Imparidade	(716)	(21.309)	-97%	(1.600)	-55%
Resultado operacional (EBIT)	**135.701**	**(122.958)**	**210%**	**193.097**	**-30%**
Margem EBIT	6,4%	-6,2%	-203%	8,7%	-27%
Resultado financeiro	(107.436)	(96.630)	11%	(135.233)	-21%
Resultado antes de impostos	**28.265**	**(219.588)**	**113%**	**57.864**	**-51%**
Imposto sobre o rendimento	(10.289)	47.045	-122%	(14.466)	-29%
RESULTADO LÍQUIDO	**17.976**	**(172.544)**	**110%**	**43.398**	**-59%**

O Cash Flow Operacional (EBITDA) cifrou-se em 703 mil contos, abaixo dos 776 mil contos orçamentados para 2013, devido principalmente ao desvio na prestação de serviços de 7,8%, originado em parte pelo decréscimo na actividade operacional nos Portos de Cabo Verde. Este

indicador corresponde ao conceito de excedente bruto de exploração, registou um aumento de 43% face a 2012, resultante principalmente do aumento do Resultado Operacional.

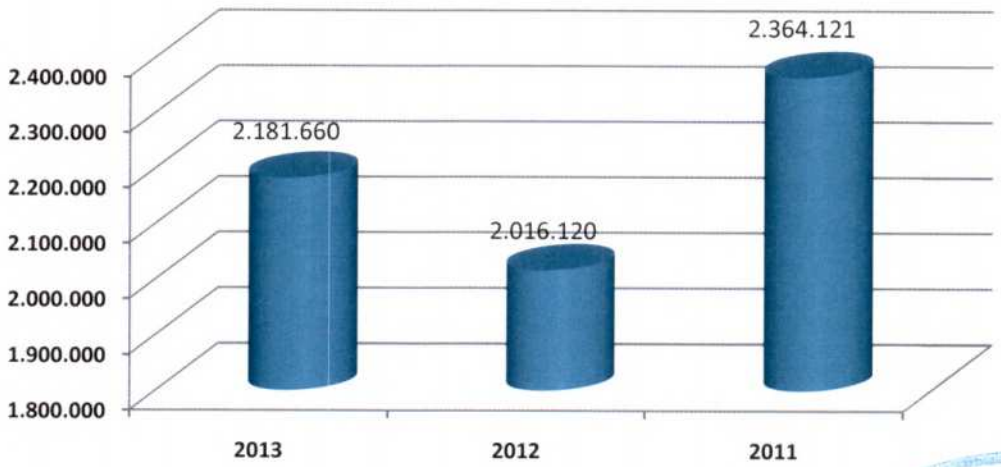
Resultados Operacionais

Os resultados operacionais sofreram uma grande melhoria em 2013, situando-se nos 135.701 contos positivos, um acréscimo na ordem dos 210% em realação a 2012.

Unid. Contos

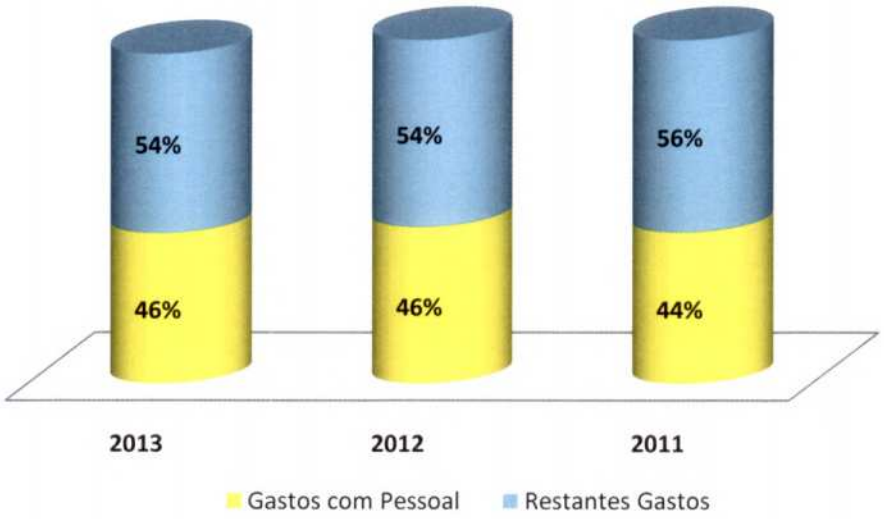
RESULTADOS OPERACIONAIS	2013	2012	VAR. % 13/12
1. Rendimentos Operacionais	***2.181.660***	***2.016.120***	***8,2%***
Prestações de Serviços	1.855.630	1.734.690	7,0%
Rendimentos Suplementares	258.125	242.937	6,3%
Outros Rendimentos Operacionais	67.905	38.493	76,4%
2. Gastos Operacionais	***2.045.959***	***2.139.078***	***-4,4%***
G.M.V.M.C. + Fornec. e Serv. Externos	508.211	508.358	0,0%
Gastos com Pessoal	935.729	974.377	-4,0%
Depreciação / Amortização	574.292	600.268	-4,3%
Provisões / Imparidade	716	21.309	-96,6%
Outros Gastos Operacionais	27.011	34.766	-22,3%
3. Resultados Operacionais (=1-2)	***135.701***	***-122.958***	***210,4%***

Rendimentos Operacionais



Os Rendimentos Operacionais apresentam uma evolução positva de 2012 para 2013, com destaque para a componente Prestações de Serviços (+120.939 contos), influenciando grandemente os Resultados Operacionais alcançados.

Gastos Operacionais



Os Gastos Operacionais registaram um decréscimo de 4,4%, em relação ao exercício anterior, importantes variações nas rubricas Gastos com Pessoal (-4,0%), Depreciações / Amortizações (-4,3%) e Provisões/Imparidade (-96,6%).

DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO	2013	2012	VAR. % 13/12	Orç	Var. % 13/Orç.
Edifícios e Outras Construções	189.952	194.284	-2,2%	188.688	0,7%
Equipamento Básico	253.272	267.079	-5,2%	266.494	-5,0%
Equipamento de Transporte	59.970	59.148	1,4%	57.948	3,5%
Equipamento Administrativo	30.424	42.905	-29,1%	31.072	-2,1%
Ferramenta e Utensílios	6.260	7.938	-21,1%	7.789	-19,6%
Outros Activos Fixos Tangíveis	239	167	42,9%	157	52,4%
Amort. Programas de Computador	34.176	28.747	18,9%	28.661	19,2%
Total	***574.292***	***600.268***	***-4,3%***	***580.809***	***-1,1%***

Na hierarquia dos gastos operacionais temos: Gastos com o Pessoal (45,7%), Depreciações (28,1%) e Fornecimentos e Serviços de Terceiros (22,5%).

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros deterioraram em relação a 2012, porque a diminuição dos Ganhos Financeiros em razão das diferenças cambiais (36 mil contos) foi superior à redução das Perdas Financeiras (25 mil contos).

No final do período em análise, o valor em dívida dos empréstimos bancários ascendia a 3.971.626 contos, a ser liquidado nos próximos 15 anos.

RESULTADOS FINANCEIROS	2013	2012	VAR. % 13/12	Orç	Var. % 13/Orç.
GANHOS FINANCEIROS	***7.466***	***43.418***	***-82,8%***	***2.978***	***150,7%***
Juros Obtidos	3.052	1.444	111,4%	2.500	22,1%
Juros Financiamento Pessoal	1.429	3.551	-59,8%	478	198,9%
Diferenças de Câmbio Favoráveis	2.985	38.423	-92,2%	--	--
PERDAS FINANCEIRAS	***114.902***	***140.048***	***-18,0%***	***138.211***	***-16,9%***
Juros de Financ. Projectos e Obras	69.418	90.034	-22,9%	85.292	-18,6%
Juros de Financ. Equipamentos	45.348	49.694	-8,7%	46.417	-2,3%
Outros Juros Financiamento	35	208	-83,0%	--	--
Diferenças Câmbio Desfavoráveis	101	113	-10,5%	6.502	-98,4%
RESULTADOS FINANCEIROS	***-107.436***	***-96.630***	***11,2%***	***-135.233***	***-20,6%***

9.2. Meios Libertos Líquidos

Os meios libertos, numa óptica operacional, registaram um acréscimo de 42,5% (221.091 contos) face ao ano de 2012, destacando-se a variação positiva dos Resultados Operacionais.

Unidade: Contos

CASH FLOW			VAR. %
	2013	2012	13 / 12
Resultados Líquidos	17.976	-172.544	-110,4%
Resultados Operacionais	135.701	-122.958	-210,4%
Depreciação e Amortização	574.292	600.268	-4,3%
Provisões / Imparidade	716	21.309	-96,6%
OPERACIONAL	***710.710***	***498.619***	***42,5%***

9.3. Valor Acrescentado Bruto

			Valores expressos em contos
VALOR ACRESCENTADO BRUTO	**2013**	**2012**	**VAR. % 13/12**
Impostos (S/IVA)	6.228	6.151	1,3%
Gastos c/ Pessoal	935.729	974.377	-4,0%
Depreciação/Amortização	574.292	600.268	-4,3%
Provisões e Ajustamentos	714	21.131	-96,6%
Resultado Operacional	135.701	(122.958)	-210,4%
VAB - Valor Acrescentado Bruto	**1.652.664**	**1.478.969**	**11,7%**
Efectivo Médio	**947**	**988**	**-4,1%**
VAB / Efectivo Médio	**1.745,16**	**1.496,93**	**16,6%**

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) foi de 1.652.664 contos, verificando-se um acréscimo de 11,7% (173.696 contos) relativamente a 2012, com forte impacto positivo no Resultado Operacional.

O significativo acréscimo no VAB não teve o mesmo efeito no indicador do VAB Per Capita, tendo em conta o contínuo decréscimo do Efetivo Médio, de 988 para 947.

9.4. Situação Patrimonial

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	31-12-13 Valores	%	31-12-12 Valores	%	VAR. % 13/12
Activo não Corrente	***5.864.705***	***83,7%***	***6.227.063***	***81,7%***	***-5,8%***
Activos Fixos Tangíveis	5.711.554	81,5%	6.056.523	79,5%	-5,7%
Activos Intangíveis	80.562	1,1%	85.249	1,1%	-5,5%
Outros Activos	72.589	1,0%	85.290	1,1%	-14,9%
Activo Corrente	***1.143.233***	**16,3%**	***1.392.622***	***18,3%***	***-17,9%***
Clientes	471.957	6,7%	417.149	5,5%	13,1%
Outras Contas a Receber	251.003	3,6%	559.170	7,3%	-55,1%
Caixa e Depósitos Bancários	369.686	5,3%	367.384	4,8%	0,6%
Outros Activos Correntes	50.587	0,7%	48.919	0,6%	3,4%
Total do Activo	**7.007.937**	**100,0%**	**7.619.685**	**100,0%**	**-8,0%**
Capital Próprio	***2.483.373***	**35,4%**	***2.465.397***	**32,4%**	***0,7%***
Passivo não Corrente	***3.603.317***	**51,4%**	***3.873.439***	**50,8%**	***-7,0%***
Passivo Corrente	***921.247***	**13,1%**	***1.280.849***	**16,8%**	***-28,1%***
Fornecedores	67.809	1,0%	71.597	0,9%	-5,3%
Estado e Outros Entes Públicos	43.380	0,6%	47.964	0,6%	-9,6%
Outras Contas a Pagar	810.058	11,6%	1.161.287	15,2%	-30,2%
Total do Capital Próprio e do Passivo	**7.007.938**	**100,0%**	**7.619.685**	**100,0%**	**-8,0%**

- O total do Activo da empresa decresceu 8% (611.747 contos) revertendo o crescimento verificado nos últimos anos, dada a redução nos investimentos acompanhada das depreciações e do decréscimo no activo corrente.

- O Activo Corrente diminuiu 17,9% (249.389 contos), devido ao decréscimo nas Outras Contas a Receber (308.167 contos) por efeito do recebimento do IVA acumulado até 2010.

- Os Capitais Próprios cresceram 17.976 contos. Apesar de o resultado líquido negativo de 172 544 contos em 2012 ter sido levado a resultados transitados, o capital próprio atingiu o valor de 2.483.373 contos, cobrindo 35,4% do Activo.

- O Passivo Não Corrente apresenta um decréscimento de 7% devido à diminuição do serviço da dívida de médio longo prazo em 269.802 contos.

- O Passivo Corrente decresceu 28,1%, face ao ano de 2012, por causa do decréscimo na soma das rubricas de Outras Contas a Pagar, em razão da distribuição ao accionista Estado dos dividendos acumulados de 2007 a 2010.

9.5. Indicadores Económicos e Financeiros

Em 2013, verificou-se uma melhoria na autonomia financeira (0,35 contra 0,32 em 2012) e na solvabilidade (0,55 contra 0,48 em 2012) da ENAPOR.

O Fundo de Maneio alcançado no exercício de 2013 é de 409.826 contos, que corresponde a um aumento de 28,5% (90.940 contos) em relação a 2012.

As necessidades em fundo de maneio atingiram o montante de 401.016 contos contra 253.532 contos em 2012, o que é consequência do aumento do prazo médio de recebimento e da estabilidade do prazo médio de pagamento.

INDICADORES	2013	2012	2011
INDICADORES DE EFICIÊMCIA			
GASTOS OPERACIONAIS / EBITDA	2,88	4,3	4,8
GASTOS COM PESSOAL / EBITDA	1,32	2,0	2,1
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO			
GRAU DE ALAVANCA FINANCEIRA (result.operac./result. ant. imposto)	4,80	0,6	-0,2
AUTONONIA FINANCEIRA (cap.proprio/ activo)	0,35	0,3	0,3
SOLVABILIDADE (cap.próprio/ passivo)	0,55	0,5	0,5
LIQUIDEZ (activo corrente/ passivo corrente)	1,24	1,1	1,2
EQUILIBRIO FINANCEIRO			
FUNDO MANEIO (cap. permanente -activo fixo ñ corrente)	409.826	318.886,1	853.799,8
NECESSIDADES EM FUNDO MANEIO (necessid.cíclicas-recursos cíclicos)	401.016	253.532,1	653.481,0
TESOURARIA LÍQUIDA (tesouraria activo-tesouraria passiva)	8.811	65.354,0	200.318,2
INDICADORES DE PRAZO MÉDIO			
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	45	45,0	46,0
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO	78	68,0	83,9
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO			
MARGEM EBITDA (EBITDA/volume negocio)	0,34	0,3	0,2
MARGEM EBIT (EBIT/volume negocio)	0,06	-0,1	0,0
RENDIBILIDADE OPERACIONAIS DAS VENDAS (result. operac. /rendimentos)	0,06	-0,1	0,0
RENDIBILIDADE LIQUIDA DAS VENDAS (result. líquido / rendimentos)	0,01	-0,1	-0,1
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO			
RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS (result. Liquido/cap.próprio)	0,007	-0,1	-0,1
RENDIBILIDADE DE CAPITAIS INVESTIDO (result. Liquido/activo)	0,003	0,0	0,0

10. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Sociedades Comerciais e ciente da necessidade de ser consolidada a estrutura financeira da empresa, propõe que os resultados líquidos apurados no exercício de 2013, no valor de **17.976** *contos*, tenham a seguinte aplicação:

RESERVA LEGAL	**5%**	899
RESERVA GERAL	**95%**	17.077

S. Vicente 31 Março de 2014

O Conselho de Administração

Franklim do Rosário Spencer	Adriano António Soares	Valdemiro Tolentino
Presidente	Administrador	Administrador

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇO

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

BALANÇOS EM 31 de DEZEMBRO de 2013 e 2012

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS		Data de Referência	
		31-12-13	31-12-12
	Nota	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	15	292.147	292.147
Edifícios e outras construções	15	3.589.348	3.721.376
Equipamento básico	15	1.375.409	1.498.583
Equipamento de transporte	15	157.005	209.842
Equipamento administrativo	15	62.101	75.653
Outros activos fixos tangíveis	15	14.789	19.708
Activos tangíveis em curso	15	220.755	239.215
Activos Intangíveis			
Programas de computador	16	80.562	45.662
Activos Intangíveis em curso	16	-	39.587
Outras Contas a Receber	23	24.794	27.206
Activos por Impostos Diferidos	17	47.795	58.084
Total do activo não corrente		5.864.705	6.227.063
Activo Corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18	37.876	33.995
Clientes	19	471.957	417.149
Adiantamentos a Fornecedores	20	5.917	7.368
Estado e Outros Entes Públicos	21	188.517	499.870
Accionistas/Sócios	22	4.424	4.424
Outras Contas a Receber	23	52.144	47.508
Diferimentos	24	12.712	14.924
Caixa e Depósitos Bancários	3	369.686	367.384
Total do activo corrente		1.143.233	1.392.622
Total do activo		**7.007.938**	**7.619.685**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	25	1.200.000	1.200.000
Reservas Legais	26	57.648	57.648
Outras Reservas	26	1.380.293	1.521.282
Resultados Transitados	26	(172.544)	(140.989)
Resultado Líquido do Exercício		17.976	(172.544)
Total do Capital Próprio		**2.483.373**	**2.465.397**
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	27	55	55
Financiamentos Obtidos	29	3.598.373	3.868.175
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	30	4.889	5.209
Total do Passivo não corrente		3.603.317	3.873.439
Passivo Corrente			
Fornecedores	31	67.809	71.597
Adiantamento de Clientes	20	11.887	8.157
Estado e Outros Entes Públicos	21	43.380	47.964
Accionistas/Sócios	22	-	362.895
Financiamentos Obtidos	29	373.253	315.507
Outras Contas a Pagar	23	200.840	231.246
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	30	604	921
Diferimentos	24	223.474	242.562
Total do passivo corrente		921.248	1.280.849
Total do Passivo		**4.524.565**	**5.154.288**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**7.007.938**	**7.619.685**

O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS		EXERCÍCIO		
			2013	2012
		Nota	Valores	Valores
Prestações de Serviços		4	1.855.630	1.734.690
Gastos com Matérias Consumidas		6	(47.660)	(48.496)
	Resultado Operacional Bruto		1.807.970	1.686.194
Fornecimentos e Serviços Externos		7	(460.551)	(459.862)
	Valor Acrescentado Bruto		1.347.419	1.226.332
Gastos com o Pessoal		8	(935.729)	(974.377)
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)		9	(714)	(21.131)
Provisões (aumentos/reduções)		10	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos		5	326.028	281.251
Outros Gastos e Perdas		11	(27.011)	(34.766)
Resultado Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos			709.994	477.309
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização		12	(574.292)	(600.268)
Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e Impostos)			135.701	(122.959)
Juros e Ganhos Similares Obtidos		13	7.466	43.418
Juros e Perdas Similares Suportados		13	(114.902)	(140.048)
	Resultado Antes de Impostos		28.265	(219.588)
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		14	(10.289)	47.045
	Resultado Líquido do Exercício		***17.976***	***(172.544)***
Resultado das Actividades Descontinuadas (liquido de imposto) Incluido no Resultado do Exercício			-	-
Resultado Líquido do Exercício Atribuível a :				
Detentores do Capital da Empresa			17.976	(172.544)
Resultado Por Acção Básico			0,15	(1,438)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012.

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS		EXERCÍCIO	
		31-12-13	31-12-12
	Nota	Valores	Valores
Método Directo			
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.440.050	2.343.263
Pagamentos a fornecedores		(822.825)	(876.312)
Pagamentos ao pessoal		(1.131.919)	(954.462)
Caixa gerada pelas operações		485.306	512.489
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(399)	(16.143)
Outros recebimentos / pagamentos	3	372.389	1.704
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		857.296	498.050
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(151.026)	(183.632)
Activos intangíveis		(34.739)	(36.374)
Recebimentos provenientes de:		-	-
Activos fixos tangíveis		6.525	3.216
Juros e rendimentos similares		4.782	1.444
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		(174.459)	(215.346)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	29	70.000	-
Pagamentos respeitantes a:		-	-
Financiamentos obtidos		(279.071)	(127.595)
Juros e gastos similares		(108.569)	(136.015)
Dividendos	22	(362.895)	-
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		(680.535)	(263.611)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.302	19.094
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do exercício	3	367.384	348.290
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	369.686	367.384

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

DESCRIÇÃO		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital					
			Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2012	1		1.200.000	57.631	1.520.956	-	(140.645)	2.637.942
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO			-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		26	-	-	-	-	(172.544)	(172.544)
Aplicação dos resultados do exercício de 2011		26	-	17	327	(140.989)	(140.645)	-
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	17	327	(140.989)	(313.189)	(172.544)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO								
Distribuição de dividendos		26	-	-	-	-	-	-
	3		-	-	-	-	-	-
	4		-	-	-	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO 2012	1+2+3+4		1.200.000	57.648	1.521.282	(140.989)	(172.544)	2.465.397

DESCRIÇÃO		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital					
			Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2013	1		1.200.000	57.648	1.521.282	(140.989)	(172.544)	2.465.397
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO								
Resultado líquido do exercício			-	-	-	-	17.976	17.976
Aplicação dos resultados do exercício de 2012		26	-	-	(140.989)	(31.554)	172.544	-
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	(140.989)	(31.554)	190.519	17.976
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO								
Distribuição de dividendos		26	-	-	-	-	-	-
	3		-	-	-	-	-	-
	4		-	-	-	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO 2013	1+2+3+4		1.200.000	57.648	1.380.293	(172.543)	17.976	2.483.373

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

III. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Sede: Mindelo – S. Vicente na Avenida Marginal – Cais Acostável
Natureza da Actividade: Prestação Serviços de Exploração Portuária

1 – NOTA INTRODUTÓRIA 3

2 –RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS 4

2.1. Bases de apresentação 4
2.2. Moeda funcional e de Apresentação 4
2.3. Activos fixos tangíveis 4
2.4. Activos intangíveis 5
2.5. Activos e passivos financeiros 5
2.6. Perdas por Imparidade 6
2.7. Inventários 7
2.8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes 7
2.9. Rédito e regime do acréscimo 8
2.10. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos 8
2.11. Responsabilidades Pós Emprego 9
2.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período 9
2.13. Classificação de balanço 9
2.14. Subsídios 10
2.15. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira 10
2.16. Eventos Subsequentes 10
2.17. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas 10

3 – FLUXOS DE CAIXA 11

4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 12

5 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS 12

6 – GASTOS COM MATÉRIAS CONSUMIDAS 13

7 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 14

8 – GASTOS COM O PESSOAL 14

9 – IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER 15

10 – PROVISÕES DO EXERCÍCIO 15

11 – OUTROS GASTOS E PERDAS 16

12 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO 16

13 – PERDAS E GANHOS COM JUROS E SIMILARES 17

14 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO 17

15 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 18

16 – ACTIVOS INTANGÍVEIS 20

17 – ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS 21

18 – INVENTÁRIOS 22

19 – CLIENTES 23

20 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES 24

21 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 24

22 – ACCIONISTAS 25

23 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR 26

24 – DIFERIMENTOS 27

25 – CAPITAL REALIZADO 28

26 – RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS 28

27 – PROVISÕES 29

28 – PERDAS POR IMPARIDADES 30

29 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS 30

30 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO 33

31 – FORNECEDORES 33

32–PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS 34

33 – GARANTIAS PRESTADAS 34

34 – DIVULGAÇÕES SOBRE DIPLOMAS LEGAIS 34

35 – OUTRAS INFORMAÇÕES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS 34

36 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 35

1 – Nota Introdutória

A ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. (doravante designada por "ENAPOR" ou "Empresa") adquiriu a sua configuração jurídica de Sociedade Anónima pelo Decreto regulamentar nº4/2001, de 4 de Junho, que aprovou os seus novos estatutos. A ENAPOR é uma empresa pública de capitais exclusivamente detidos pelo Estado sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada.

A Empresa tem a sua sede localizada na cidade do Mindelo, República de Cabo Verde, e o seu objecto social, definido estatutariamente, consiste na administração e exploração económica dos portos existentes no país. Complementarmente, a Empresa pode explorar serviços ou efectuar operações comerciais, industriais e financeiras directamente relacionadas com a sua actividade principal. O serviço público reservado à Enapor, conferido pelo Decreto-Lei nº 58/82, de 19 de Junho, poderá ser objecto de concessão a outras entidades, mediante autorização especial do Governo, o qual foi alterado pelo Decreto-Legislativo nº1/2013 de 12 de Setembro, que veio atribuir à Empresa a figura de concessionária geral dos mesmos, competindo-lhe exercer as atribuições do Estado em matéria de administração, gestão e exploração de portos, terminais e zonas portuárias, sendo-lhe, ainda, permitida a subconcessão daquelas actividades a entidades privadas. Contudo, a esta data ainda se encontra por definir e aprovar as condições daquela concessão geral, incluindo o seu prazo, as condições remuneratórias a ela associadas, a forma de afectação de activos à Empresa, a sua eventual reversibilidade para o concedente, bem como as condições das subconcessões a entidades privadas. Desta forma, a conclusão deste processo poderá ter impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

A Empresa rege-se pelo Regulamento de Bases Gerais das Empresas Públicas, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelas normas legais e regulamentares aplicáveis às sociedades anónimas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em escudos (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

A actividade da ENAPOR compreende as seguintes áreas de actuação:

- Fomentar e promover a actividade portuária nos portos de Cabo Verde;
- Assegurar o regular funcionamento dos portos de Cabo Verde nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária;
- Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;

A ENAPOR presta os seguintes serviços:

- Gestão de postos de acostagem;
- Prestação dos serviços de amarração, armazenagem, rebocadores, pilotagem, serviços deestiva, serviços às mercadorias, serviços de equipamentos vários, recolha de resíduos, aguada e energia eléctrica;
- Manutenção dos canais de acesso;
- Prevenção e combate à poluição no mar;
- Sistemas de segurança;
- Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos (áreas de acesso);
- Limpeza da área portuária;
- Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (terraplenos, "pipelines", entre outros).

Em Fevereiro deste exercício foi aprovado pelo Governo de Cabo Verde o novo caderno tarifário, pela Deliberação nº12/2013 de 1 Fevereiro, relativo à actividade da Empresa, o qual inclui um aumento das tarifas a serem praticadas pela Empresa, em resultados dos significativos investimentos efectuados nos últimos exercícios.

2 –Resumo das Principais Políticas Contabilísticas Adoptadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são como se segue:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da ENAPOR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Cabo Verde, de acordo com as Normas de Relato Financeiro emitidas e em vigor à data do relato.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base na melhor experiencia e conhecimento, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

A ENAPOR, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas NRF, aprovadas e adoptadas em Cabo Verde.

2.2. Moeda funcional e de Apresentação

A. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo, são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo Verde (mECV), salvo indicação explícita em contrário.

2.3. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados: (i) pelo valor de transferência atribuído aos bens quando a utilização e exploração dos mesmos transitaram para a Empresa; (ii) pelo valor relativo à doação, quando os mesmos foram integralmente doados à Empresa; e (iii) ao custo de aquisição que inclui o preço de factura, as despesas de transporte, montagem eos encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os activos tangíveis em curso reflectem activos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projectos de investimentos estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso durante a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas, atendendo ao período de vida útil estimada, podem resumir-se como segue:

	taxas de amortização (%)
Edifícios e outras construções	4 a 5
Equipamento básico	5 a 16,6
Equipamento de carga e transporte	12,5 a 20
Equipamento administrativo	8,33 a 25
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

As substituições de partes de equipamentos ou outros activos tangíveis são registadas como activos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos activos fixos, de acordo com a NRF 7.

Um item do activo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo, determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do activo da data de alienação/abate é reconhecido em resultados como outros rendimentos ou outros gastos.

2.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são registados se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa, identificáveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registadas como custo quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projecto interno.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

2.5. Activos e passivos financeiros

Os activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respectiva relação contratual.

A. Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários incluem valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

i. Caixa

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do exercício.

ii. Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo nesta rubrica, são desmobilizáveis até um ano. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere, independentemente do seu recebimento posterior.

B. Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

C. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto de Selo), são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

D. Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, o qual se aproxima do custo amortizado.

2.6. Perdas por Imparidade

É efectuada uma avaliação para determinação de imparidades sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção, entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica de "Perdas por imparidade".
Contudo, a reversão da perda é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a referida perda não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.7. Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao custo de aquisição. Esse custo compreende o preço da factura, despesas de transporte, seguroe o custo de desalfandegamento menos o IVA dedutível, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, como método de custeio das saídas.

As diferenças entre o valor pelo qual se encontram registados os inventários, conforme acima mencionado, e o respectivo valor estimado de realização, quando mais baixo, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica "Perdas por Imparidade".

2.8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

Os rendimentos e gastos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Diferimentos" (activos ou passivos), "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar".

2.10. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos, são imputados a activos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles até à data em que os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração dos resultados do exercício(Nota 13).

Os eventuais rendimentos por juros obtidos com empréstimos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos activos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos respectivos bens.

2.11. Responsabilidades Pós Emprego

As responsabilidades da Empresa relativas ao pagamento futuro de reformas antecipadas aos estivadores e outros trabalhadores, encontram-se registadas na rubrica de "Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego".

2.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período

O imposto sobre o rendimento (IUR) é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais aplicáveis no país.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação. Para apuramento dos activos e passivos por Impostos diferidos, a Empresa adopta o disposto na NRF 22.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas à data do balanço.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

A Empresa reconheceu activos por impostos diferidos com os ajustamentos de transição decorrentes da adopção das NRF, por via da aplicação do Decreto-Lei nº 14/2010 de 26 de Abril. De acordo com o artigo 3º do referido Decreto-Lei, os efeitos no capital próprio decorrentes da primeira adopção das normas incluídas no SNCRF concorrem em partes iguais, para a formação do resultado tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem aquelas normas e dos quatro períodos de tributação seguintes. Ainda decorrendo da apresentação de prejuízos fiscais registados no exercício de 2012, foram reconhecidos activos por impostos diferidos, que por via da lei podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos três anos seguintes.

Para além dos activos por impostos diferidos acima indicados, não existiam em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, derivado da legislação fiscal em vigor em Cabo Verde, outras diferenças temporárias que originem o registo de activos e passivos por impostos diferidos.

2.13. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.14. Subsídios

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Caboverdiano ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos. Essas comparticipações para aquisição de activos fixos tangíveis são registadas no passivo como diferimentos, e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respectivas dos activos fixos tangíveis.

2.15. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras na moeda funcional do país, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício.

2.16. Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.17. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os relacionados com a análise de imparidades em contas a receber.

3 – Fluxos de Caixa

Na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)foi utilizado o método directo, sendo que esta demonstração é de grande importância para a análise da Empresa, porque evidencia as modificações ocorridas nas disponibilidades da Empresa. Um conceito importante é o de equivalente de caixa, que corresponde às Aplicações de Liquidez Imediata, e que representa as aplicações que podem ser resgatadas até 3 meses, apresentando, portanto, baixo risco de alteração de seu valor. A DFC é uma demonstração obrigatória ao abrigo da NRF 1.
No modelo directo, os fluxos são evidenciados pela análise directa das entradas e saídas de caixa e seus equivalentes.

A variação de caixa e seus equivalentes no exercício de 2013 foi no montante de mECV 2.302. Não existem restrições quanto ao uso dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Nos períodos de 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Numerário:		
Caixa	2.256	1.745
Depósitos bancários		
Depósitos em Banca Comercial	306.568	273.707
Depósitos no Banco Central	10.954	10.954
Depósitos a Prazo	49.908	80.978
	367.430	365.639
Caixa e seus equivalentes	369.686	367.384

O montante de mECV 10.954em 31 de Dezembro de 2013 (mECV 10.954 em 31 de Dezembro de 2012) na rubrica "Depósitos no Banco Central" corresponde ao montante de financiamento obtido pela Empresa junto de financiadores internacionais, e que se encontra à disposição para utilização em função da realização de despesas de investimento pela Empresa nos projectos em curso elegíveis.

Em 31 de Dezembro de cada ano não existiam quaisquer montantes indisponíveis para uso. Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica "Outros recebimentos/pagamentos operacionais" da Demonstração dos fluxos de caixa, inclui essencialmente o montante de mECV 386.854 relativo aos pedidos de reembolso de IVA de exercícios anteriores (Nota 21).

4 – Prestação de Serviços

A rubrica "Prestação de serviços" está relacionada com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Nota Introdutória a este anexo, apresentando o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012	Variação
Movimentação de mercadorias	1.124.408	1.144.868	-1,8%
Taxas Portuárias	544.063	421.739	29,0%
Aluguer de Equipamentos portuários	106.322	99.761	6,6%
Serviço prestado ao navio	82.087	70.378	16,6%
Descontos e abatimentos	(1.250)	(2.056)	-39,2%
	1.855.630	1.734.690	7,0%

A actual estrutura dos rendimentos destaca a rubrica "Prestação de serviços – Movimentação de mercadorias", nomeadamente a movimentação de mercadorias de longo curso, cabotagem, serviços de armazenagem, serviço extraordinário e desconsolidação de contentores.

5 – Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012	Variação
Venda de energia	83.034	54.513	52,3%
Taxa de administração	64.659	73.961	-12,6%
Rendas de imóveis	47.511	51.999	-8,6%
Imputação de subsídios para Investimentos	43.101	32.045	34,5%
Rendimentos estiva de bordo	37.325	37.203	0,3%
Licenças	9.713	12.591	-22,9%
Portagens - peões e viaturas	4.427	3.657	21,1%
Venda de água	3.989	3.161	26,2%
Multas	20	100	-80,0%
Impressos	12	4	200,0%
Outros	32.237	12.017	168,3%
	326.028	**281.251**	15,9%

A principal causa do aumento da rubrica "Outros rendimentos e ganhos" está relacionada com o aumento da venda de energia (segmento de aluguer de armazenagem de frio), consequência do aumento da actividade operacional da Empresa.

6 – Gastos com Matérias Consumidas

A rubrica de "Gastos com Matérias Consumidas" apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012	Variação
Combustíveis e lubrificantes	27.366	25.873	5,8%
Pneumáticos e acessórios	7.203	8.011	-10,1%
Acessórios para equipamentos hidráulicos	5.689	11.206	-49,2%
Vestuários, fardas, utensílios domésticos	3.115	287	985,4%
Materiais e artigos de escritório	1.765	1.862	-5,2%
Utensílios de descarga	1.257	790	59,1%
Material de conservação e reparação	734	288	154,9%
Tintas e solventes diversos	342	9	3700,0%
Outros não especificados	189	170	11,2%
	47.660	48.496	-1,7%

A rubrica "Gastos com matérias consumidas" é relativa a gastos incorridos pelo consumo de vários materiais. O movimento desta rubrica nos exercícios de 2013 e 2012 é como se segue:

	2013	2012
Inventários iniciais (nota 18)	91.627	90.757
Compras	38.296	49.446
Inventários em trânsito	(62)	(80)
Inventários finais (nota 18)	(82.201)	(91.627)
	47.660	48.496

7 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012	Variação
Electricidade	120.056	102.814	16,8%
Vigilância e segurança	85.305	93.487	-8,8%
Consultoria	41.710	34.862	19,6%
Conservação e reparação	40.835	33.162	23,1%
Seguros	24.350	23.813	2,3%
Deslocações e estadas	22.519	30.781	-26,8%
Água	21.194	15.712	34,9%
Comunicação	17.364	17.145	1,3%
Publicidade e propaganda	13.818	21.710	-36,4%
Combustíveis e outros fluídos	12.190	23.222	-47,5%
Rendas e alugueres	7.283	14.101	-48,4%
Honorários	6.109	5.892	3,7%
Material de escritório	5.539	6.153	-10,0%
Serviços bancários	2.184	5.784	-62,2%
Despesas de representação	1.642	2.165	-24,2%
Outros	38.453	29.059	32,3%
	460.551	459.862	0,1%

O saldo da rubrica "Consultoria" em 31 de Dezembro de 2013 no montante de mECV 41.710 é constituído essencialmente por gastos com estudos técnicos no âmbito dos projectos em curso e outros estudos para permitir a tomada de decisões.

8 – Gastos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de "Gastos com o Pessoal"tinha a seguinte composição:

	2013	2012	Variação
Remunerações dos órgãos sociais	15.610	15.907	-1,9%
Remunerações do pessoal	562.890	575.145	-2,1%
Remunerações adicionais	201.195	213.406	-5,7%
Encargos sobre remunerações	109.098	111.939	-2,5%
SOAT	3.353	3.345	0,2%
Formação profissional	10.670	12.101	-11,8%
Acção médica	760	1.106	-31,3%
Festividades da empresa	3.531	7.043	-49,9%
Outros gastos com pessoal	28.622	34.385	-16,8%
	935.729	**974.377**	**-4,0%**

O significativo decréscimo de gastos desta natureza deve-se, essencialmente, à aplicação de regras de contenção de despesa, para além da redução do tráfego de mercadorias.
As remunerações adicionais, em 2013, são compostas por várias rubricas adicionais ao salário, destacando-se a isenção de horário no montante de mECV 40.691 (mECV 44.371 em 2012), as horas extraordinárias no montante de mECV 27.939 (mECV 29.514 em 2012), o subsídio de férias e Natal no montante de mECV 88.696 (mECV 92.015 em 2012), o subsídio de turno no montante de mECV 17.717 (mECV 18.197 em 2012) e ainda o subsídio de alimentação no montante de mECV 12.910 (mECV 13.223 em 2012).

O montante da rubrica "Outros Gastos com o Pessoal" é constituído por vários gastos sociais que a empresa suporta com os trabalhadores, destacando-se os "Gastos com Estiva Bordo" no montante de mECV 24.365 (mECV 28.486 em 2012).

O número médio de trabalhadores nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013	2012
Pessoal administrativo	422	428
Corpo de estiva	525	560
	947	988

9 – Imparidade de Dívidas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de imparidade de dívidas a receber detalha-se como se segue:

	2013	2012	Variação
Perdas	717	21.309	-97%
Reversões	(3)	(178)	(1)
	714	21.131	-97%

Nas Imparidades de Dívidas a Receber foi efectuada um reforço no montante de mECV 717,na sequência da identificação de mais um grupo de facturas que representam um elevado risco de recuperabilidade.

10 – Provisões do Exercício

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de "Provisões" não apresenta qualquer movimento, como se segue:

	2013	2012	Variação
Aumento provisões	-	-	-
Reversões	-	-	-
	-	-	-

11 – Outros Gastos e Perdas

A rubrica de "Outros Gastos e Perdas" apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012	Variação
Impostos	6.229	6.151	1,3%
Donativos e quotizações	6.755	7.229	-6,6%
Outros gastos operacionais	14.027	21.386	-34,4%
	27.011	34.766	-22,3%

12 – Depreciação e Amortização

A rubrica de "Depreciação e Amortização" apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012	Variação
Edifícios e outras construções	189.952	194.284	-2,2%
Equipamento básico	253.272	267.079	-5,2%
Equipamento de transporte	59.970	59.148	1,4%
Equipamento administrativo	30.424	42.905	-29,1%
Outros activos fixos tangíveis	6.498	8.105	-19,8%
Total dos activos fixos tangíveis	**540.116**	**571.521**	**-5,5%**
Software	34.176	28.747	18,9%
Total dos activos intangíveis	**34.176**	**28.747**	**18,9%**
	574.292	**600.268**	**-4,3%**

Os "Gastos de Depreciação e de Amortização" dos activos durante o exercício de 2013 foram os que constam do quadro acima, tendo em conta a respectiva vida útil dos mesmos.

13 – Perdas e Ganhos com Juros e Similares

Nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as perdas e ganhos com juros e similaresforam as seguintes:

	2013	2012	Variação
Ganhos:			
Juros obtidos	4.481	4.995	-10,3%
Diferenças cambiais em investimentos	2.985	38.423	-
	7.466	**43.418**	**-82,8%**
Perdas:			
Juros de financ. projectos e obras	69.418	90.034	-22,9%
Juros de financ. equipamentos	45.348	49.694	-8,7%
Outros juros de financiamentos	35	208	-
Outras perdas de financiamento	101	112	-9,8%
	114.902	**140.048**	**-18,0%**
Resultados financeiros	**107.436**	**96.630**	**11,2%**

As "Diferenças Cambiais" no montante de mECV 2.985, trata-se essencialmente de ganhos com diferenças cambiais referentes ao financiamento em Renminbi (Yuan) do projecto dos 3 scanners de contentores. Em 2012 as diferenças cambiaisdo mesmo financiamento ascenderam a mECV 38.423.

As perdas são compostas pelos juros suportados com as várias modalidades de financiamento que a Empresa contrata para financiar os projectos de obras e equipamentos,nos montantes de mECV69.418 e mECV45.348, respectivamente.

14 – Imposto Sobre o Rendimento do Exercício

A rubrica de "Imposto sobre o Rendimento do Período" apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012	Variação
Imposto corrente	-	-	-
Imposto diferido (Nota 17)	(10.289)	47.045	-121,9%
	(10.289)	47.045	-121,9%

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Imposto Sobre o Rendimento" detalha-se como segue:

		2013	2012
Resultado antes de imposto		28.265	(219.589)
Diferenças permanentes			
Imparidade de clientes		716	21.309
Gastos de exercícios anteriores		6.858	3.094
Donativos e quotizações não obrigatórias		2.528	4.040
Outras situações líquidas		2.789	2.966
Despesas - Ajust. Transição SNRF		(14.719)	-
		(1.828)	31.409
		26.437	(188.180)
Dedução de prejuízos fiscais reportáveis		(26.437)	-
Resultado tributável	(1)	-	-
Taxa nominal de imposto	(2)	25%	25%
Imposto corrente	(3)=(1)*(2)	-	-
Imposto diferido gerado no exercício	(4)	(10.289)	47.045
Imposto sobre o rendimento do exercício	(3)+(4)	(10.289)	47.045

15 – Activos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, no valor dos activos fixos tangíveis e respectivas amortizações acumuladas é como segue:

Movimento 2013

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto:								
Saldo inicial	292.147	5.958.425	3.589.618	367.797	401.087	86.821	239.215	10.935.110
Adições	-	19.082	1.304	7.133	8.230	522	162.747	199.018
Alienações e abates	-	(2.301)	(100.155)	(13.733)	(10.589)	(77)	-	(126.855)
Transferências	-	39.941	128.973	-	9.569	1.099	(181.207)	(1.625)
Saldo final	292.147	6.015.147	3.619.740	361.197	408.297	88.365	220.755	11.005.648
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial	-	2.237.049	2.091.035	157.955	325.434	67.113	-	4.878.586
Adições (nota 12)	-	189.952	253.272	59.970	30.424	6.499	-	540.116
Alienações e abates	-	(1.202)	(99.976)	(13.733)	(9.662)	(36)	-	(124.609)
Saldo final	-	2.425.799	2.244.331	204.192	346.196	73.576	-	5.294.094
Valor líquido	**292.147**	**3.589.348**	**1.375.409**	**157.005**	**62.101**	**14.789**	**220.755**	**5.711.554**

Movimento 2012

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto:								
Saldo inicial	247.351	5.900.785	3.764.564	363.235	388.924	82.899	221.598	10.969.357
Adições	-	1.776	441	12.635	10.742	2.015	129.715	157.324
Alienações e abates	-	(287)	(175.387)	(8.073)	(6.929)	(707)	(187)	(191.570)
Transferências	44.796	56.151	-	-	8.350	2.614	(111.911)	-
Saldo final	292.147	5.958.425	3.589.618	367.797	401.087	86.821	239.215	10.935.110
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial	-	2.043.028	1.999.344	105.448	289.279	59.715	-	4.496.814
Adições (nota 12)	-	194.284	267.079	59.148	42.905	8.105	-	571.521
Regularizações	-	(263)	(175.388)	(6.641)	(6.750)	(707)	-	(189.749)
Saldo final	-	2.237.049	2.091.035	157.955	325.434	67.113	-	4.878.586
Valor líquido	**292.147**	**3.721.376**	**1.498.583**	**209.842**	**75.653**	**19.708**	**239.215**	**6.056.523**

Os activos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida (Nota 2.3). As taxasde depreciação médias que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota.

Os activos em curso em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresentam o seguinte detalhe:

	2013	2012
Projecto expansão do Porto da Praia	63.114	61.314
Projecto de expansão e modernização do Porto Sal-Rei	59.016	57.620
Projecto construção Acesso Norte - Porto Grande	31.750	31.340
Projecto modernização e expansão do Porto Palmeira - 2ª fase	29.605	28.805
Obras de instalação edificio "Cargo Village"	15.085	6.327
Nova rede distribuição de água - Porto Grande	6.450	-
Projecto de expansão e modernização do Porto da Brava	4.848	4.670
Projecto modernização do Porto do Tarrafal	2.977	-
Complexo de frio do Porto Grande	2.488	183
Projecto expansão e modernização do Porto de Vale Cavaleiros	-	30.521
Equipamento informático	-	8.883
Parque de contentores frio - Porto Grande	-	2.848
Rampas metálicas Porto Grande, Novo e S. Nicolau	-	1.089
Outros	5.422	5.615
	220.755	239.215

A diminuição na rubrica "Activos em curso" no exercício de 2013 no montante de mECV 18.460, deve-se ao facto de alguns activos que se encontravam em curso em 2012, terem sido adicionados aos activos fixos tangíveis com a finalização dos respectivos projectos. Em 31 de Dezembro de 2013 ainda se encontram em curso diversos projectos que tiveram início em exercícios anteriores, nomeadamente: (i) a execução dos trabalhos nas instalações dos Edifícios do cargo Village no Porto da Praia de mECV 15.085; (ii) trabalhos do complexo frio do Porto Grande no montante de mECV 2.488; (iii) trabalhos de expansão do Porto da Praia em mECV 63.114; (iv) obras de construção do Acesso Norte do Porto Grande mECV 31.750. Durante o exercício de 2013 tiveram inicio outros investimentos tais comoo projecto de nova Rede de Distribuição de Água do Porto Grande no montante de mECV 6.450 e o projecto das Obras do Porto do Tarrafal no montante de mECV 2.977. Entretanto, houve investimentos que foram transferidos para activos fixos tangíveis, principalmente o Projecto de Expansão e Modernização do Porto Vale Cavaleiros mECV 30.521.

O projecto relativo à expansão do Porto da Praia foi concluído no decurso do 1º trimestre de 2014.

16 – Activos Intangíveis

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, nos activos fixos intangíveis é como segue:

Movimento de 2013

	Programas de computador	Activos fixos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	100.030	39.587	139.617
Adições	503	28.986	29.489
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	68.573	(68.573)	-
Saldo final	169.106	-	169.106
Depreciações acumuladas:			
Saldo inicial	54.368	-	54.368
Adições (nota 12)	34.176	-	34.176
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	88.544	-	88.544
Valor líquido	80.562	-	80.562

Movimento de 2012

	Programas de computador	Activos fixos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	99.532	-	99.532
Adições	498	39.587	40.085
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	100.030	39.587	139.617
Depreciações acumuladas:			
Saldo inicial	25.621	-	25.621
Adições (nota 12)	28.747	-	28.747
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	54.368	-	54.368
Valor líquido	45.662	39.587	85.249

Os activos intangíveis são constituídos por software diverso utilizado pela Empresa na sua actividade.

17 – Activos por impostos diferidos

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras, nas condições descritas na Nota 2.12, o efeito fiscal das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base contabilística e fiscal, tendo as mesmas sido reconhecidas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 com base na taxa agregada de imposto de 25%.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos activos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como segue:

	2013		2012		
Diferenças	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido	Aumento/(redução) do exercício
Ajustamentos de conversão NRF	29.436	7.359	44.157	11.039	(3.680)
Prejuízos fiscais	161.744	40.436	188.179	47.045	(6.609)
Total Activos por impostos diferidos	191.180	47.795	232.336	58.084	(10.289)

A Empresa reconheceu activos por impostos diferidos com os ajustamentos de transição decorrentes da adopção das NRF, por via da aplicação do Decreto-Lei nº 14/2010 de 26 de Abril. De acordo com o artigo 3º do referido Decreto-Lei, os efeitos nos capitais próprios decorrentes da primeira adopção das normas incluídas no SNCRF concorrem em partes iguais, para a formação do resultado tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem aquelas normas e dos quatro períodos de tributação seguintes.

Consequentemente, a Empresa incluiu como uma dedução à sua matéria colectável na estimativa de Imposto sobre o Rendimento do exercício de 2013, o montante de mECV 14.719.

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2012 a Empresa procedeu ao registo de activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis no montante de mECV 188.179 (dos quais, mECV 26.437 foram utilizados contra lucros fiscais estimados do exercício de 2013). De acordo com a legislação fiscal Caboverdiana os prejuízos fiscais reportáveis podem ser deduzidos aos lucros fiscais futuros nos três anos seguintes. A Empresa em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 de acordo com análises internas e a sua melhor espectativa, considerou que os activos por impostos diferidos relativos aqueles prejuízos fiscais são reportáveis.

18 – Inventários

A rubrica de "Inventários" apresentava os seguintes detalhes nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Inventário - Combustíveis e lubrificantes	1.542	829
Inventário - Material de conservação e reparação	1.635	1.746
Inventário - Vestuário, fardas e utensílios domésticos	589	607
Inventário - Acessórios para equipamento hidráulico	43.263	56.317
Inventário - Pneumáticos e seus acessórios	25.395	21.065
Inventário - Tintas e solventes diversos	21	28
Inventário - Utensílios de descarga	7.145	8.318
Inventário - Materiais e artigos de escritório	1.660	1.766
Inventário - Outros não especificados	951	952
	82.201	91.627
Em trânsito - Acessórios para equipamento hidráulico	16	80
Em trânsito - Material de escritório	46	-
	62	80
Perdas por imparidade		
Imparid. Invent. - Material de conservação e reparação	(1.747)	(1.747)
Imparid. Invent. - Acessórios para equipamento hidráulico	(35.989)	(49.314)
Imparid. Invent. - Utensílios de descarga	(5.891)	(5.891)
Imparid. Invent. - Outros não especificados	(760)	(760)
	(44.387)	(57.712)
Valor Líquido Inventários	37.876	33.995

No período em análise as imparidades de inventários não sofreram nenhuma alteração, por ser entendimento do Conselho de Administração que o montante reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 contínua a corresponder às perdas de realização estimadas com estes activos.

19 – Clientes

A rubrica de "Clientes" em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Clientes conta corrente	459.111	403.227
Clientes - acréscimos de rendimentos	11.748	11.344
Clientes de cobrança duvidosa	93.015	126.906
	563.874	541.477
Perdas por imparidade	(91.917)	(124.328)
Valor líquido de clientes	471.957	417.149

A rubrica "Clientes acréscimo de rendimento" no montante de MECA 11.748, é relativo aos serviços já prestados, nomeadamente serviços de armazenagem, mas que não se encontram facturados em 31 de Dezembro de 2013.

O detalhe dos principais clientes em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

Clientes	2013	2012
ARFA (ex-Ansa)	70.119	63.408
Polar - Agência Marítima	31.857	27.427
S.T.M. - Soc de Transp Maritimos, Lda.	24.047	25.295
Agenavs	23.693	18.405
Manuel Gomes Madeira	23.689	25.652
Cimpor Cabo Verde, S.A.	23.660	24.779
Portmar - Agência de Navegação	22.240	21.620
Cabocem	21.620	21.049
ANV - Agência Nacional de Viagens	16.669	16.412
Arca Verde	16.412	14.226
Agência Limage	15.263	11.754
Comando Nacional da Guarda Fiscal	13.146	11.616
Garantia-Companhia de Seguros de Cabo Verde	11.199	-
Vivo Energy Cabo Verde, Sa	10.574	11.053
ENACOL, S.A.	8.840	8.814
Diallo & Macedo	8.814	7.628
Direcção Geral das Alfândegas	8.134	9.150
CSA - Shipping Agency	7.950	7.600
Agência O Globo	7.764	5.628
Ministério das Finanças e Planeamento	7.628	5.620
Gesserel	7.600	5.517
Enamar Sociedade Transporte Marítimos	5.494	4.875
Sociex	4.918	4.526
Instituto Maritimo Portuário	4.447	4.452
Frescomar, SARL	4.202	9.663
Outros	163.895	175.308
	563.874	541.477

O saldo a receber da entidade "Arca Verde" no montante de mECV 16.412 encontra-se totalmente ajustado, com reconhecimento de perda de imparidade em igual montante.

20 – Adiantamentos a Fornecedores e adiantamentos de clientes

A rubrica de "Adiantamentos a fornecedores" em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	2013	2012
Adiantamentos a fornecedores nacionais	5.917	7.354
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	-	14
	5.917	7.368
Adiantamentos de clientes	11.887	8.157
	11.887	8.157

O saldo da rubrica "Adiantamentos de clientes" em 31 de Dezembro de 2013 corresponde aos adiantamentos efectuados por clientes principalmente do Porto da Praia e do Porto Grande por serviços a serem prestados no primeiro trimestre do exercício de 2014.
Em relação aos adiantamentos a Fornecedores, refere antecipação de valores por conta de fornecimentos a decorrer no 1º semestre de 2014.

21 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica "Estado e outros entes públicos"apresenta em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o seguinte detalhe:

	2013	2012
Saldos devedores:		
Imposto a recuperar	13.372	13.319
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	172.457	484.663
Outros impostos	2.688	1.888
	188.517	499.870
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento estimado	-	-
IUR pessoal	13.113	15.254
Outros impostos	12	220
Previdência social	29.891	32.153
S.O.A.T.	364	337
	43.380	47.964

A Empresa pediu o reembolso de IVA no montante de mECV76.152 em Janeiro de 2013 (mECV 96.306 de pedidos de reembolso acumulados em 31 de Dezembro de 2012), tendo recebido o IVA referente aos exercícios de 2010 e anteriores, no montante de mECV. 386.854, no início de 2013.O montante de mECV 29.891 em dívida à Previdência Social, corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de Dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.
A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos:

i) Previdência social – A contribuição da Empresa corresponde a 15% das remunerações com carácter regular dos empregados.

ii) Direitos aduaneiros – Este imposto incide sobre as importações de bens efectuadas pela Empresa. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a tábua aduaneira em vigor.

iii) Imposto Único sobre os Rendimentos – Este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa, correspondendo para os contribuintes do regime normal (método da verificação) a uma taxa de 25% sobre a matéria colectável. Para o apuramento da matéria colectável, são reduzidos aos resultados da Empresa os proveitos relativos a provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor e acrescidos, essencialmente, os custos relacionados com imparidades e provisões não aceites fiscalmente e custos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício. Em resultado da alteração do IUR prevista na Lei do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2013, em relação aos pagamentos por prestação de serviços efectuados por entidades não residentes a Empresa encontra-se a efectuar a retenção na fonte à taxa liberatória de 20% sobre o valor dos serviços facturados.

iv) Imposto sobre o Valor Acrescentado – Este imposto incide sobre as compras e as vendas efectuadas pela Empresa a uma taxa única de 15%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções, resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais à situação fiscal e parafiscal da Empresa dos exercícios em aberto para inspecção, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

22 – Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de "Accionista / sócios" é constituída como se segue:

	2013	2012
Saldos devedores:		
Adiantamentos	4.424	4.424
	4.424	4.424
Saldos credores:		
Distribuição de dividendos	-	362.895
	-	362.895

O montante a receber de mECV 4.424 é referente a obras realizadas por conta do Estado Caboverdiano e pagamentos efectuados por solicitação do mesmo. Os dividendos atribuídos e acumulados de 2007 a 2010 no montante de mECV 362.895, foram pagos na sequência do protocolo assinado com o Ministério das Finanças e Planeamento para o recebimento do IVA (Nota 21).

23 – Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica de "Outras contas a receber" apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Outras contas a receber - activo não corrente:		
Adiantamentos aos trabalhadores	27.533	31.329
Actualização de dívidas de empréstimos	(2.739)	(4.123)
	24.794	27.206
Outras contas a receber - activo corrente:		
Adiantamentos aos trabalhadores	8.557	9.974
Outras contas a receber	43.587	37.534
	52.144	47.508

Em 31 de Dezembro de 2013, existiam adiantamentos efectuados ao pessoal referente a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concebidos no montante de mECV 27.533 a médio longo prazo e mECV 8.557 a curto prazo. Estes empréstimos destinam-se à aquisição ou melhoria de habitação, despesas com formação ou aquisição de viatura, sendo os mesmos concedidos no âmbito da reserva para fins sociais. Estes empréstimos a médio longo prazo vencem juros.

A rubrica "Outras contas a receber" em 31 de Dezembro de 2013inclui o montante de mECV 28.870 (mECV 28.870 em 31 de Dezembro de 2012) relativo às contas a receber da antiga entidade "Arca Verde", a qual se encontra sob tutela do Governo de Cabo Verde.

A rubrica de "Outras contas a pagar" apresenta o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Outras contas a pagar - passivo corrente:		
Fornecedores de imobilizado	1.636	1.495
Encargos com remunerações de férias	122.197	129.096
Remunerações a regularizar	14.537	24.542
Juros a pagar de projectos	48.159	53.217
Juros a pagar de equipamentos	10.970	11.110
Credores diversos por acréscimo	3.341	7.830
Outrs credores diversos	-	3.956
	200.840	231.246

O montante em dívida a fornecedores de activos fixos registado como passivo corrente no montante de mECV 1.636, inclui basicamente montantes referentes a aquisição de activos informáticos e outros equipamentos.

Na rubrica de "Juros a pagar de projectos"encontram-se registados os juros suportados essencialmente com empréstimos de financiamento obtidos para eas obras de expansão da Palmeira no montante de mECV 13.959 e das obras de expansão do Porto Vale Cavaleiros no montante de mECV 3.853. O remanescente deste saldo é relativo aos juros suportados com o projecto de expansão do Porto Palmeira e aquisição dos *scanners*.

Na rubrica "Juros a pagar de equipamentos" encontram-se registados principalmente os juros respeitantes ao financiamento para a construção dos 3 scanners de contentores nos montantes de mECV 5.616 e mECV 3.730 respeitante ao financiamento para a construção do navio patrulha.

Encontra-se registado na rubrica "Encargos com remunerações de férias" as responsabilidades da Empresa com os trabalhadores referentes a férias a pagar e as contribuições com a Previdência Social, as quais correspondem a 15% das remunerações de férias a serem processadas.

24 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Saldos devedores:		
Rendas	120	75
Fiscalização da baía do Porto Grande e Praia	2.000	4.000
Prémios seguros antecipados	1.933	2.184
Outros a reconhecer	8.659	8.665
	12.712	14.924
Saldos credores:		
Subsid. Gov. Holanda - Expansão Porto Grande	112.264	127.897
Subsid. Gov. Cabo Verde - Expansão Porto Grande	9.321	10.619
Subsid. Gov. Cabo Verde - Porto do Fogo	18.834	-
Subsid. Gov. USA	78.035	104.046
Rendas de terrenos	5.020	-
	223.474	242.562

Na sequência da política contabilística vigente na Empresa e referida na Nota 2.14, a Empresa reconheceu como rendimento na demonstração dos resultados do exercício de 2013, o montante de mECV 43.101 (Nota 5), relativo ao reconhecimento como rendimento das comparticipações recebidas a fundo perdido do Governo Caboverdiano e do Governo Holandês para as obras de expansão do Porto Grande e rampa metálica do Porto Tarrafal, assim como o pacote de equipamento portuários financiados a fundo perdido pelo Millennium Challenge Corporation (MCC) do Governo dos Estados Unidos da América. O saldo relativo a "Fiscalização da baía do Porto Grande e Praia" no montante de mECV 2.000, é relativo a acordos assinados pela empresa e a Guarda Costeira e que foram pagos antecipadamente, pelo que o gasto será reconhecido no período seguinte.

O saldo da rubrica "Prémios de seguros antecipados" no montante de mECV 1.933, é relativo a prémios de seguros pagos em 2013 relativos a períodos de cobertura no exercício de 2014. Consequentemente, o gasto será reconhecido no período posterior.

O saldo da rubrica "Outros a Reconhecer" no montante de mECV 8.659é referente a gastos diferidos com os contratos de assistência na manutenção de softwares informáticos e com custos de publicidade em jornais e revistas, aquisição de materiais de publicidade adquirida para o exercício de 2014, bem como a cota anual da AGPAOC de 2014 liquidada no decorrer de 2013.

25 – Capital Realizado

O capital, em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 integralmente subscrito e realizado, é detido pelo único accionista, o Estado de Cabo Verde.

26 – Reserva Legal e Outras Reservas

Estas rubricas são detalhadas da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Reserva legal	57.648	57.648
	57.648	57.648
Reserva geral	796.192	937.181
Reservas para investimentos	510.684	510.684
Reservas para melhoramentos	73.417	73.417
	1.380.293	1.521.282

Por deliberação da Assembleia Geral de 23 de Agosto de 2013, o resultado líquido do exercício de 2012, foi aplicado como segue:

	2013	2012
Reserva legal	-	17
Outras reservas	(140.989)	327
Resultados transitados	(31.544)	-
	(172.534)	344

O saldo de dividendos a pagar encontra-se registado na rubrica de "Accionistas" (nota 22).

Reserva legal: esta reserva deve ser constituída pela parcela mínima de 5% sobre os resultados líquidos de cada exercício que, anualmente lhe for destinada, até ser atingida a quinta parte do capital social e só pode ser utilizada para cobrir os prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e/ou para incorporação no capital social.

Reserva geral: esta reserva é constituída pela afectação no mínimo de 10% dos resultados líquidos de cada exercício, e só poderá ser utilizada para: (i) cobertura do prejuízo do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas; (ii) cobertura de prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas; e (iii) para incorporação no capital estatutário.

Reserva para investimentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

Reserva para fins sociais: esta reserva, cuja dotação anual não pode exceder 10% dos resultados líquidos de cada exercício, tem como finalidade a concessão de benefícios de natureza social de utilização colectiva ou serviços colectivos aos trabalhadores.

Reserva para melhoramentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

No decurso do exercício de 2012 a Empresa reconheceu em "Resultados transitados" o resultado líquido do exercício de 2012 (mECV 172.544).

27 – Provisões

O movimento ocorrido na rubrica de provisões nos exercícios findosem 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Movimento 2013				
	Saldo 1 de Janeiro de 2013	Aumentos	Utilizações	Saldo 31 de Dezembro de 2013
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Outras provisões	55	-	-	55
	55	-	-	55

Movimento 2012				
	Saldo 1 de Janeiro de 2012	Aumentos	Utilizações	Saldo 31 de Dezembro de 2012
Processos judiciais em curso	11.559	-	(11.559)	-
Outras provisões	55	-	-	55
	11.614	-	(11.559)	55

O saldo desta rubrica respeita a processos diversos.

28 – Perdas por Imparidades

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foi o seguinte:

2013

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões/ Utilizações	Saldo final
Perdas por imparidade:				
Inventários (Nota 18)	57.712	-	(13.325)	44.387
Clientes (Nota 19)	124.328	714	(33.125)	91.917
	182.040	714	(46.450)	136.304

2012

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões/ Utilizações	Saldo final
Perdas por imparidade:				
Inventários (Nota 18)	57.712	-	-	57.712
Clientes (Nota 19)	179.226	21.131	(76.029)	124.328
	236.938	21.131	(76.029)	182.040

29 – Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 os empréstimos obtidos detalham-se como se segue:

Entidade Bancária	Ano Contratação Empréstimo	Montante Obtido	Montante Liquidado	Saldo 31 de Dezembro de 2013 Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Saldo Total em Dívida	Saldo 31 de Dezembro de 2012 Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Saldo Total em Dívida
Empréstimo Estado (AID) (a)	1993	45.388	-	45.388	-	45.388	45.388	-	45.388
BIA - Obra Porto Novo (b)	2005	47.600	(39.908)	7.072	620	7.692	6.433	7.692	14.125
BIA - Construção de rampas (c)	2006	42.637	(35.045)	7.592	-	7.592	9.406	7.592	16.998
BIA - Projecto Transbordo Porto Grande (d)	2007	90.286	(36.784)	18.285	35.217	53.502	17.059	53.502	70.561
CECV - Construção Edificio Fogo e Rampa Brava (e)	2009	200.000	(130.083)	43.384	26.533	69.917	40.864	69.917	110.781
BEI - Expansão Porto Palmeira (f)	2009	2.483.185	(147.411)	148.219	2.187.555	2.335.774	147.411	2.335.774	2.483.185
Eximbank - China - Construção 3 scanners (g)	2009	1.113.924	-	74.461	1.039.463	1.113.924	-	1.116.909	1.116.909
BCA - Navio Patrulha (h)	2010	382.624	(105.835)	12.569	264.220	276.789	48.946	276.790	325.736
BCN - Aquisição de 2 Gruas (i)	2013	70.000	(8.952)	16.283	44.765	61.048	-	-	-
Total		**4.475.644**	**(504.018)**	**373.253**	**3.598.373**	**3.971.626**	**315.507**	**3.868.175**	**4.183.683**

(a) Empréstimo subsidiário concedido em 18 de Junho de 1993 pela AID ao Estado Caboverdiano, que posteriormente o cedeu à Empresa para financiamento de projectos ao abrigo do Programa de Infra-estruturas e Transportes, nomeadamente do novo sistema de informação de gestão e dos trabalhos de fiscalização das obras de expansão do Porto Grande. Este empréstimo é expresso em Dólares dos Estados Unidos da América e apesar de inicialmente se encontrar previstas 40 prestações semestrais iguais com início em Dezembro de 2003, vencendo juros à taxa anual de 7,5%, o Conselho de Administração da Empresa considera que o seu reembolso apenas terá início após 1 de Janeiro de 2014. Este empréstimo encontra-se garantido pelo Estado de Cabo Verde.

(b) Durante o exercício de 2005, a Empresa celebrou um contrato de empréstimo, sendo concedido pelo Banco Interatlântico ("BI") destinado à construção da via de acesso ao cais do Porto Novo. O empréstimo concedido pelo BIA, no montante mECV 47.600, encontra-se a ser amortizado em 120 prestações mensais iguais a mECV 625 (incluindo juros) vencendo juros à taxa anual de 11%. A Empresa efectuou o pagamento da 1ª prestação em 17 de Fevereiro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tem registado como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 7.072 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV620.

(c)No exercício de 2006, a Empresa celebrou um contrato de empréstimo, para financiar aconstrução de rampas de desembarque horizontal no Porto da Praia, Porto Novo e Porto Grande.O empréstimo concedido pelo BIA no montante de mECV 75.000 foi reduzido para mECV 42.637, pelo facto da Empresa ter rescindo o contrato com o empreiteiro do projecto, tendo sido construído apenas a rampa do Porto Grande e também a parte de materiais para a rampa do Porto Novo. Este novo empréstimo encontra-se a ser amortizado em 20 prestações mensais no montante de mECV 2.639 (incluindo juros) vencendo juros à taxa de 8,5%. A primeira prestação venceu após a finalização das negociações dos trabalhos de construção da rampa de desembarque horizontal, tendo iniciado em 21 de Outubro de 2009 o período de amortização do empréstimo. Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tem registado apenas como responsabilidades acurto prazo o montante de mECV 7.592, dado que termina a sua amortização no exercício de 2014.

(d) Durante o exercício de 2007, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BIA para a segunda fase do projecto de transbordo para o Porto Grande, o qual foi reduzido para mECV 90.286. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas trimestrais no montante de mECV 5.389 (incluindo juros) com início em 22 de Dezembro de 2011, durante um período de 10 anos, vencendo juros à taxa anual de 7%. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direcção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo. Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 18.285, registado como responsabilidades a curto prazo e o montante de mECV 35.217, como responsabilidades a médio e longo prazo.

(e) Durante o exercício de 2009, a Empresa celebrou um contrato de financiamento para a construção do edifício multiuso no Porto de Vale Cavaleiros e uma rampa no Porto de Furna. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 meses renovável automaticamente na modalidade de conta-corrente caucionada até ao montante máximo de mECV. 200.000. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas trimestrais durante um período de 7 anos, vencendo juros à taxa anual de 6%. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direcção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total de mECV 400.000. Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tinha como responsabilidades o montante de mECV 69.917, sendo que encontra-se registado como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 43.384 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 26.533.

(f) O empréstimo concedido pelo BEI no montante de mECV 5.182.455 será amortizado em 20 anos. De acordo com o contrato assinado entre o BEI e o Governo de Cabo Verde, no momento da solicitação dos desembolsos deve-se indicar o modelo de taxa de juros a aplicar à respectiva tranche, sendo que durante os exercícios de 2009 a 2011, os montantes recebidos foram como se segue:

- 1ª tranche (26/09/2009) – 3.400.000 Euros – Taxa fixa (5,094%);
- 2ª tranche (22/12/2009) – 4.396.110 Euros – Taxa Variável
- 3º tranche (30/09/2010)- 7.819.867 Euros – Taxa Variável
- 4ª tranche (17/02/2011) – 6.904.182 Euros – Taxa Variável

No final da utilização do empréstimo, será efectuado uma média das diferentes taxas aplicadas a cada uma das tranches de forma a fixar a taxa de juro final do empréstimo. O empréstimo tem um período de carência de 5 anos e tem o aval do Estado de Cabo Verde, tendo sido assinado um acordo de retrocessão com o tesouro em 2008, tendo iniciado a sua amortização em 2013. Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 2.335.774,sendo que a Empresa temregistado como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 148.219 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV2.187.555.

(g) O empréstimo concedido pelo EXIMBANK - CHINA no montante de 87.010.000 Yuan RMB, ficou-se pelo valor de 85.045.963,63 Yuan RMB, o qual têm o aval do Estado, tendo sido assinado durante o exercício de 2009. O empréstimo será amortizado em 20 anos, vencendo juros à taxa de 2%, tendo um período de carência de capital de 5 anos, sendo. Os montantes recebidos foram como se segue:

- 1ª tranche (07/08/2009) – mECV 282.950
- 2ª tranche (14/12/2009) – mECV 565.594
- 3ª tranche (19/12/2011) – mECV 97.043

Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 1.113.924, que o inicio da sua amortização ocorrerá em 2014, pelo que se encontra registado como responsabilidade a curto prazo o montante mECV 74.461 e como encargo a médio e longo prazo valor de mECV 1.039.463.

(h) Durante o exercício de 2009, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA para a construção de um Navio Patrulha para o reforço da segurança das baías portuárias. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 meses renovável automaticamente na modalidade de conta-corrente caucionada até ao montante máximo de mECV400.000, sendo que o montante utilizado foi de apenas mECV 382.624. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas mensais durante um período de 28 meses, em prestações de mECV 16.976 trimestrais, vencendo juros à taxa anual de 6,25%, com inicio em 15 de Outubro 2011. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direcção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo contratado. Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tem como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV12.569 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV264.220, após renegociação do plano de pagamentos daquele empréstimo no decurso do exercício de 2013.

(i) Durante o exercício de 2012, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCN no montante de mECV 70.000, para financiar a aquisição de duas Gruas, para o Porto Sal Rei e Porto Grande.A utilização do referido valor só ocorreu em Abril de 2013 com a confirmação da boa recepção dos equipamentos. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas mensais durante um período de 48 meses, em prestações de mECV 1.693 mensais, vencendo juros à taxa anual de 7,5%, com inicio em 1 de Maio 2013. Para a obtenção deste empréstimo a ENAPOR, prestou uma garantia pelo montante total dos equipamentos adquiridos. Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tem como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 16.283 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 44.765.

Em 31 de Dezembro de 2013, o plano de pagamentos futuros destes empréstimos é como se segue:

Financiamentos obtidos	Montante em dívida em 31-12-2013	2014	2015	2016	2017	2018 e seguintes
Empréstimo Estado (AID) (a)	45.388	45.388	-	-	-	-
BIA - Obra Porto Novo (b)	7.692	7.072	620	-	-	-
BIA - Construção de rampas (c)	7.592	7.592	-	-	-	-
BIA - Projecto Transbordo Porto Grande (d)	53.502	18.285	19.599	15.618	-	-
CECV - Construção Edifício Fogo e Rampa Brava (e)	69.917	43.384	26.533	-	-	-
BEI - Expansão Porto Palmeira (f)	2.335.773	148.219	149.066	149.960	150.898	1.737.630
Eximbank - China - Construção 3 scanners (g)	1.113.924	74.461	74.461	74.461	74.461	816.080
BCA - Navio Patrulha (h)	276.790	12.569	55.137	58.520	58.477	92.087
BCN - Aquisição de 2 Gruas (i)	61.048	16.283	17.548	18.910	8.307	-
Total	3.971.626	373.253	342.964	317.469	292.143	2.645.797

Para além das garantias e responsabilidades acima descritas, os empréstimos contraídos pela Empresa não apresentam *covenants* aos quais a Empresa esteja obrigada ao seu cumprimento.

O Conselho de Administração da Empresa confirma o pleno cumprimento de todas as obrigações decorrentes destes financiamentos.

30 – Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica responsabilidade por benefícios pós emprego, tinha a seguinte decomposição:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2013			Saldo em 31 de Dezembro de 2012		
	Corrente	Não corrente	Total Passivo	Corrente	Não corrente	Total Passivo
Reforma incentivada antecipada	604	4.889	5.493	921	5.209	6.130
Complemento de reforma antecipada	-	-	-	-	-	-
	604	4.889	5.493	921	5.209	6.130

31 – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Fornecedores conta corrente	65.285	64.902
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	2.450	6.695
Fornecedores por acréscimos de gastos	74	-
	67.809	71.597

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias consumo e algum equipamento informático em trânsito à data de balanço.

32–Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais não Reconhecidos

Em 31 de Dezembro de 2013 a Empresa não tem passivos contingentes nem compromissos contratuais não reconhecidos nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo.

33 – Garantias Prestadas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as garantias prestadas pelo Governo de Cabo Verde pela Empresa para obtenção de financiamentos eram como se segue:

Entidade Financeira	Emitente	2013	2012
Banco Interatlântico	Gov. C.V.	137.886	137.886
Banco Interatlântico	Enapor	42.637	42.637
Caixa Económica de Cabo Verde	Gov. C.V.	200.000	200.000
Banco Comercial do Atlântico	Gov. C.V.	400.000	400.000
Banco Caboverdeano de Negócios	Enapor	70.000	-
		850.523	780.523

A data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os avales bancários da ENAPOR concebidos aos seus profissionais em cargos de comissão de serviço eram como se segue:

Entidade Financeira	Beneficiário	2013	2012
Banco Angolano de Investimentos	Trabalhador	3.000	3.000
Banco Interatlântico	Trabalhador	2.500	2.500
Banco Caboverdeano de Negócios	Trabalhador	1.720	2.800
		7.220	8.300

34 – Divulgações Sobre Diplomas Legais

À data de 31 de Dezembro de 2013 não existem divulgações exigidas por diplomas legais a que a ENAPOR, S.A. estivesse sujeita.

35 – Outras Informações Cuja Divulgação Seja Considerada Relevante para Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

À data de 31 de Dezembro de 2013não existem outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa.

36 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 31 de Março de 2014.

O TECNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Paulo Manuel Santos Mota

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IV. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCO DE 2013

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da lei e dos estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade de fiscalização desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

2. O Conselho Fiscal acompanhou, com a periodicidade e a extensão que considerámos possível, a actividade da empresa e as principais decisões do Conselho de Administração através da leitura das actas de reunião desse órgão e nos contactos regulares mantidos com as estruturas da empresa e vigiámos pela observância da lei e dos estatutos.

3. No âmbito das nossas funções verificamos:

   a) a regularidade do registo contabilístico e da respectiva documentação;

   b) o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo e o Relatório do Conselho de Administração, que nos permitiram uma adequada compreensão da evolução dos negócios e da situação financeira da empresa;

   c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;

   d) a proposta de aplicação dos resultados apresentam-se de conformidade com as disposições legais e estatuárias.

4. Inteiramos dos trabalhos desenvolvidos e apreciámos o Relatório de Auditoria externa, que apresenta algumas reservas relativas aos saldos das contas "Clientes" e "Outras Contas a Receber" e adequação da imparidade, com os quais, no essencial, subscrevemos.

5. Registamos a melhoria de exploração, com algum sinal de inversão da queda do volume de actividade da empresa, com o aumento do volume de negócios em 6,9%, diminuição dos custos de funcionamento e aumentos dos resultados líquidos, se bem que ainda fracos, mas de 17.976 contos positivos.

6. Entretanto incentivamos no prosseguimento das políticas e medidas visando:

6.1 – A melhoria da gestão da carteira de clientes e outras dívidas, no sentido não só da sua diminuição (a dívida de clientes aumentou em 13%), como também melhoria no controlo dos plafonds e dos prazos médios de recebimentos e maior segurança na determinação do nível de imparidade, com produção regular do mapa de antiguidade de saldos;

6.2 - O reforço da acção da Auditoria Interna

6.3 - A política de contenção de gasto e prudência nos investimentos e comparticipações, tendo em conta os sinais persistentes de fraqueza dos indicadores de equilíbrio financeiro a médio/longo prazo (os indicadores de solvabilidade e autonomia mantêm-se praticamente os mesmos 0,55 e 0,35)

6.4 - Clarificação do nível de contribuição financeira da Enapor ao Cluster do Mar, orçamentar e controlar, em conta específica, os gastos realizados nesse âmbito.

7. Tendo em conta o exposto acima e as informações recebidas do Conselho de Administração, somos do parecer que:

7.1) seja aprovado o Relatório de Gestão

7.2) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras

7.3) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e ao pessoal dirigente da empresa com quem contactamos, pela colaboração que nos prestaram no desempenho das nossas funções.

São Vicente, 11 de Abril de 2014

O Conselho Fiscal:

O Presidente

Carlos A. Furtado

Os Vogais

Sátiro Gil Tavares Sanches

Cesário João Gomes Lopes

V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração
da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de mECV. 7.007.938 e um capital próprio de mECV. 2.483.373, incluindo um resultado líquido de mECV. 17.976, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 511
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Boavista Business Center, Rua do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-145 Porto

Bases para a Opinião com Reservas

6. Não obtivemos, até à presente data, respostas de determinadas entidades privadas aos nossos pedidos de confirmação de saldos devedores e credores, os quais, de acordo com os registos contabilísticos da Empresa em 31 de Dezembro de 2013 encontram-se incluídos nas rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" nos montantes de mECV. 159.817 e mECV. 5.955, respectivamente (mECV. 94.300 e mECV. 21.076 em 31 de Dezembro de 2012). Consequentemente, e em virtude dos procedimentos alternativos realizados não se terem consubstanciado em prova de auditoria suficiente, não nós é possível concluir quanto aos eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2013 que poderiam decorrer, caso tivéssemos obtido aquelas respostas.

7. O balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2013 inclui nas rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber", contas a receber de Organismos Públicos ou empresas participadas pelo Estado de Cabo Verde no montante de, aproximadamente, mECV. 136.000 (mECV. 123.445 em 31 de Dezembro de 2012), já deduzido de perdas de imparidade acumuladas no montante de mECV. 41.400 (mECV. 41.437 em 31 de Dezembro de 2012), o qual inclui: (i) o montante de mECV. 112.854 para o qual não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos (mECV. 89.855 em 31 de Dezembro de 2012), e (ii) o montante de mECV. 28.870 (líquido de perdas de imparidade acumuladas no montante de mECV. 16.412) relacionado com a antiga empresa pública Arca Verde (mECV. 28.870 em 31 de Dezembro de 2012). Adicionalmente, o balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2013 inclui contas a receber relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") no montante de mECV. 172.457 (Nota 21) (mECV. 97.809 em 31 de Dezembro de 2012) relativo ao saldo de IVA a receber apurado desde o exercício de 2011. Apesar dos esforços realizados pela Empresa com vista à recuperação daquelas dívidas, não obtivemos, até à presente data, informações suficientes que nos permitam concluir quanto ao momento e valor de realização daquelas contas a receber. Consequentemente, não nos é possível concluir quantos aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2013.

8. Em 31 de Dezembro de 2013 o balanço da Empresa inclui inventários no montante de mECV. 37.876 (líquido de perdas de imparidade acumuladas no montante de mECV. 44.387) (Nota 18), relativos, essencialmente, a peças de substituição e materiais de consumo, que apresentam alguma antiguidade e para as quais a Empresa não tem vindo a realizar testes de imparidade nos últimos exercícios. Consequentemente não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

9. O balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2013 inclui contas a receber de entidades privadas no montante de, aproximadamente, mECV. 340.000 (já deduzido de perdas de imparidade acumuladas no montante de, aproximadamente mECV. 51.600). A nossa análise ao valor de realização daquelas contas a receber, naquela data, revelou que aquelas perdas de imparidade acumuladas se encontram insuficientes no montante de, aproximadamente, mECV. 101.000 (este montante inclui saldos para os quais não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos no montante de mECV. 82.634, sendo este parte integrante do montante descrito no parágrafo 6 acima). Acresce referir que, a nossa análise ao saldo de imparidade acumuladas em contas a receber de clientes privados, com referência a 31 de Dezembro de 2012, revelou uma insuficiência de aproximadamente mECV. 90.000. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2013, o activo e os resultados de exercícios anteriores encontram-se sobreavaliados no montante de, aproximadamente, mECV. 101.000 e mECV. 90.000 e o resultado líquido do exercício de 2013 encontra-se sobreavaliado no montante de, aproximadamente, mECV. 11.000.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Opinião com Reservas

10. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 6 a 8 acima e excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 9 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o seu desempenho financeiro, as alterações no seu capital próprio e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Ênfases

11. Conforme referido na Nota Introdutória, em 1982, a Empresa obteve a concessão da exploração económica dos Portos da República de Cabo Verde, que consubstancia a utilização pela Empresa de um vasto conjunto de bens de domínio público, sem terem sido definidas, contudo, algumas condições da sua exploração, nomeadamente, o seu prazo e contrapartidas financeiras. Em Setembro de 2013, foi aprovado o Decreto-Legislativo Nº1/2013, o qual veio alterar a Lei dos Portos de Cabo Verde, tendo sido atribuída à Empresa a figura de concessionária geral dos mesmos, competindo-lhe exercer as atribuições do Estado em matéria de administração, gestão e exploração de portos, terminais e zonas portuárias, sendo-lhe, ainda, permitida a subconcessão daquelas actividades a entidades privadas. Por outro lado, aquele Decreto-Legislativo veio clarificar que a titularidade dos bens do domínio público portuário é do Estado de Cabo Verde incluindo: (i) os terrenos e águas compreendidos na zona de jurisdição portuária; e (ii) as obras, construções e instalações aquáticas e terrestres afectadas ao serviços dos portos e à actividade portuária. Não obstante e apesar da atribuição conferida à Empresa por aquele diploma legal, encontra-se ainda por definir e aprovar as condições daquela concessão geral, incluindo o seu prazo, as condições remuneratórias a ela associadas, a forma de afectação de activos à Empresa, a sua eventual reversibilidade para o concedente, bem como as condições das subconcessões a entidades privadas. Acresce referir que, nestas circunstâncias, a Empresa manteve os pressupostos adoptados em anos anteriores quanto ao registo dos activos fixos tangíveis e respectivo período de amortização, o qual segue os períodos máximos permitidos pela legislação fiscal, pressupostos estes que podem não se revelar adequados, caso os activos atribuídos à Empresa e respectivo valor, bem como o prazo para a concessão venham a ser distintos dos procedimentos contabilísticos que tem vindo a ser seguidos pela Empresa. Os eventuais impactos destas situações nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2013 são incertos à presente data.

12. As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2012, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria sobre as mesmas, datado de 28 de Maio de 2013, inclui: (i) duas reservas por limitação de âmbito similares aos assuntos descritos nos parágrafos 6 e 7 acima; (ii) uma reserva por desacordo similar ao assunto descrito no parágrafo 9 acima; e (iii) uma ênfase parcialmente relacionada com o assunto descrito no parágrafo 11 acima.

Lisboa, 31 de Março de 2014

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.